

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**INTERVENÇÃO RURAL E AUTONOMIA: a experiência
da Articulação no Semi-Árido/ASA em Pernambuco**

Wedna Cristina Marinho Galindo

RECIFE - PE
AGOSTO/2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**INTERVENÇÃO RURAL E AUTONOMIA: a experiência da
Articulação no Semi-Árido/ASA em Pernambuco**

Dissertação apresentada por Wedna Cristina
Marinho Galindo ao Mestrado em Sociologia
para obtenção do grau de mestre, orientada
pelo Prof^o Dr. Aécio Marcos de Medeiros
Gomes de Matos.

RECIFE - PE

AGOSTO/2003

Galindo, Wedna Cristina Marinho

**Intervenção rural e autonomia : a experiência da
Articulação no Semi-Árido/ASA em Pernambuco /
Wedna Cristina Marinho Galindo. – Recife : O Autor,
2003.**

115 folhas.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2003.**

Inclui bibliografia e anexo.

**1. Sociologia rural. 2. Semi-Árido(PE) – Convi-
vência. 3. Política – Autonomia X Dependência. 4.
Extensão rural – Articulação no Semi-Árido(ASA). I.
Título.**

**316.334.55
307.72**

**CDU (2.ed.)
CDD (21.ed.)**

**UFPE
BC2003-306**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**INTERVENÇÃO RURAL E AUTONOMIA: a experiência da
Articulação no Semi-Árido/ASA em Pernambuco**

Wedna Cristina Marinho Galindo

Dissertação aprovada em 21 de agosto de 2003.

Comissão Examinadora:

Prof.º. Dr.º. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos – Presidente/Orientador

Prof.ª. Dr.ª Maria de Nazareth Baudel Wanderley - Titular Interna – PPGS

Prof.º. Dr.º. Luiz Andrea Favero – Titular Externo – UFRPE

Suplentes:

Prof.º. Dr.º. Breno Augusto Souto Maior Fontes - Suplente Interno - PPGS

Prof.ª. Dr.ª. Ghislaine Duque - Titular Externa – UFPB

RECIFE – PE

AGOSTO/2003

Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão!

Não sei. Ninguém ainda não sabe.

João Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*.

E quero aceitar minha liberdade sem pensar o que muitos
acham: que existir é coisa de doido, caso de loucura.

Porque parece. Existir não é lógico.

Clarice Lispector em *A Hora da Estrela*.

Em memória de Adalberto Galindo pela força com
que alimentou seu sonho nunca realizado de *voltar
pra casa.*

AGRADECIMENTOS

A construção desse trabalho foi possível pelas contribuições recebidas em diversos momentos. Minha gratidão para com todos que de algum modo participaram de sua elaboração, em especial para:

- A disponibilidade e a boa acolhida dos entrevistados que ofereceram seu valioso tempo e suas histórias.
- Os apoios nos deslocamentos para o semi-árido, de Adelson e Wedson; Socorro e Cláudio; Alane e Kelsen.
- A cumplicidade dos colegas do mestrado, em especial de Marilyn Sena, com quem pude compartilhar “*eurecas!*” na construção da dissertação e “rascunhar” o texto que não se escreve (apesar de estar nas entrelinhas do oficial), o que diz do processo criativo em suas singularidades.
- A atenção e discussões valiosas com Valdísia, Evandra e Ednalva, assim como a leitura de Solange Nunes, Rodrigo Caetano, Maria Emília, Marcos Lima, Ernani Santos e Rodrigo Marques.
- A habilidade de Aécio Matos em construir e desconstruir esquemas de compreensão com a clareza de que a realidade é sempre mais do que podemos dizer dela.
- O interesse, incentivo e disponibilidade de Silke Weber, com quem pude compartilhar reflexões e receber indicações precisas para a construção do trabalho.
- O entusiasmo de Nazareth Wanderley, energia para prosseguir nos momentos adversos.
- O apoio financeiro do CNPq a partir da Bolsa de Mestrado.
- A compreensão de familiares e amigos, por tantas ausências e faltas que cometi, principalmente no período da elaboração do texto.

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE SIGLAS	9
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13
1. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO	18
1.1. O COMBATE À SECA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO.	18
1.2. A CONVIVÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO.....	30
2. ABORDAGENS DE INTERVENÇÃO RURAL	45
2.1. A EXTENSÃO RURAL.....	47
2.2. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	50
2.3. AS ABORDAGENS PARTICIPATIVAS.....	54
2.4. O DEBATE RECENTE SOBRE A ATER.....	57
3. A DIMENSÃO POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA	64
3.1. O POLÍTICO E A FORMAÇÃO SOCIAL.....	65
3.2. A AUTONOMIA E A FORMAÇÃO SOCIAL.....	73
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS	80
4.1. OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	80
4.2. AS ENTREVISTAS.....	82
4.3. TRATAMENTO DOS DADOS.....	85
4.4. ANÁLISE DOS DADOS	88
5. O SEMI-ÁRIDO: INVIABILIDADE E CONVIVÊNCIA	91
5.1. O MOMENTO DA INVIABILIDADE	92
5.2. O ANTAGONISMO SOCIAL.....	95
5.3. O MOMENTO DA CONVIVÊNCIA.....	98
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
A N E X O	122

RELAÇÃO DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
AIA	Associação Internacional Americana
ASA	Articulação no Semi-Árido Brasileiro
ASBRAER	Associação Brasileira de Extensionistas Rurais
AS-PTA	Assessoria e Serviços de Projetos em Agricultura Alternativa
ASSOCENE	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CIRAD	Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONDEPE	Instituto de Planejamento de Pernambuco
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
COP 3	3ª Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação e Seca
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DRPA	Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASER	Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Serviço Público Agrícola do Brasil
GESPAR	Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Intervenção Participativa dos Atores
ITOG	Sistema Itog de Gerenciamento Empresarial

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento
ONG	Organização Não-Governamental
PIMC	Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGS	Programa de Pós Graduação em Sociologia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UE	Unidade Executora do PIMC
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UG	Unidade Gestora do PIMC
USP	Universidade de São Paulo

RESUMO

Ao semi-árido brasileiro historicamente têm sido dirigidas políticas de desenvolvimento que se propõem a combater a seca e minimizar os efeitos da estiagem para a região e a população. A sociedade civil organizada atuante nesta área, vem acumulando nos últimos anos, experiências de intervenção com foco no desenvolvimento sustentável, consolidadas na defesa da convivência com o semi-árido. Destacam em seus trabalhos que a problemática do semi-árido, muito mais que ambiental, caracteriza-se por questões políticas que têm gerado dependência e mantido o quadro de pobreza e exclusão no qual está inserido o grande contingente de agricultores familiares que habitam a região. Neste estudo, a intervenção rural é problematizada no contexto social de construção de sentidos para a vida no semi-árido. Fundamenta a investigação no campo político em sua relação com a autonomia dos atores sociais considerados participantes ativos na construção social. Entrevistas com agricultores e profissionais envolvidos com os trabalhos da Articulação no Semi-Árido/ASA em Pernambuco compõem o material da pesquisa, cujo foco de análise é dirigido para o discurso desses atores. As análises apresentam dois sentidos para a vida no semi-árido. Um que a significa como inviável diante do qual os atores sociais praticamente reproduzem o discurso da impossibilidade de se viver e trabalhar na região construído a partir de referenciais que lhes são externos, no sentido de que reúne conteúdos com os quais não se identificam. O outro sentido apresenta a vida no semi-árido como viável expresso na defesa da convivência com a região, articulando referências internas compartilhadas pelos atores, indicativo, portanto, do processo de construção da autonomia.

ABSTRACT

Historically, it has been directed to the Brazilian semi-arid, development politics that consider to fight the drought and minimize the effect of the lack of rain for the region and population. The operating organized civil society in this area has been accumulating in the last years experiences of intervention with focus in the sustainable development, consolidated in the defense of the coexistence with the semi-arid. They detach in their works that the problematic of the semi-arid, much more than ambiental, is characterized by politics questions that have generated dependence and maintained the poverty and exclusion situation in which is inserted the great contingent of familiar agriculturists who inhabit the region. In this study, the rural intervention is thought in the social context of sense construction for life in the semi-arid. It bases the inquiry on the political field in its relation to the autonomy of the social actors considered active participant in the social construction. Interviews with agriculturists and professionals involved in the works of the Articulation in the Semi-Arid/ASA in Pernambuco compose the material of the research, whose analysis focus is directed to the speeches of these actors. The analyses present two senses for life in the semi-arid. One that means it as impracticable in the presence of it, the social actors practically reproduce the speech of the impossibility of living and working in the region, constructed from references that are external, in the direction that it congregates contents which they do not identify themselves with. The other sense presents life in the semi-arid with practicable express in the defense of the coexistence with the region, articulating intemal references shared by the actors, indicative, therefore, of the autonomy construction process.

INTRODUÇÃO

Sob o sol escaldante de 35° C, víamos a paisagem rural no sertão de Pernambuco alterar-se substancialmente a nossa frente. Estávamos a caminho do local de morada de Dona Maria¹ e, ao nosso lado, praticamente tudo era cinza. Vegetação seca, árida e pedras. As cores que víamos eram do aveloz e da macambira. Aquela paisagem quase em preto e branco de dezembro chegava a ser enfadonha. Como se pode viver nesta realidade? – pensava intrigada.

Até que Dona Maria nos conduziu ao seu local de trabalho prioritário no último ano. Uma pequena área verde, completamente viva! Era possível percorrê-la totalmente com alguns passos. Mamão, pimenta, berinjela, milho, maxixe, feijão, coentro, tantas folhagens que olhos acostumados com paisagens urbanas como os meus não souberam nomear.

Um trabalho insistente, permanente, esperançoso de Dona Maria rende-lhe hoje, além do valor mensal de um salário mínimo pela venda dos produtos em feira agroecológica na cidade, a resposta aos que não acreditam: é possível conviver com a região semi-árida.

Mas não foi tão fácil assim. Dona Maria enfrentou a resistência de todos, inclusive de seu marido, que consideravam aquilo loucura, desatino. Por outro lado, teve o apoio da ONG² que lhe apresentou a possibilidade de diversificar a produção e garantir o fortalecimento do solo e sustentabilidade da área.

Hoje, Dona Maria orgulha-se de seu feito. Apresenta sua experiência como exemplo para agricultoras e agricultores rurais, sente-se apropriada de seu trabalho e

¹ O nome original foi alterado para garantir o anonimato.

² Utilizamos a expressão ONG quando for feita referência às organizações que trabalham no apoio a agricultores familiares, sejam elas organizações não-governamentais, sindicais, religiosas ou coletivos de agricultores organizados.

coordena sua vida com mais autonomia. Mas nem “tudo é verde” ainda. A condição de moradora da fazenda e a visita do pessoal do governo³ orientando-a para parar os investimentos na terra, porque a área será usada para a construção de uma barragem deixam-na insegura. Tal situação coloca-a de novo diante da verdade que “outros” ainda acreditam: é preciso combater a seca.

Experiências como a de Dona Maria têm contribuído para mudar a paisagem do semi-árido brasileiro. Com apoio de organizações da sociedade civil, como Organizações Não Governamentais – ONG’s, sindicatos, grupos religiosos, associações de profissionais do meio rural, a agricultura familiar na região tem experimentado a possibilidade de *conviver com o semi-árido*, alternativa à perspectiva convencional de *combater a seca*, que tem historicamente mantido a população dessa área excluída de políticas estruturadoras da vida no seu lugar de origem.

As organizações da sociedade civil que têm como estratégia de trabalho a convivência com o semi-árido estão reunidas na Articulação no Semi-Árido – ASA (ASA, 2001), fundada formalmente em fevereiro de 2000, num encontro que reuniu 150 organizações dos onze estados onde situa-se o semi-árido brasileiro⁴. Hoje a ASA conta com mais de 700 organizações filiadas, e seu *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – PIMC*, lançado em 2000, vem ganhando visibilidade nacional⁵.

O presente trabalho investigou como agricultores e profissionais de apoio ao mundo rural articulados na ASA, no Estado de Pernambuco, definem a vida no semi-

³ O termo “governo” é utilizado para instituições governamentais em qualquer nível: federal, estadual e municipal.

⁴ Os Estados são: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

⁵ No ano de 2002 a ASA recebeu dois prêmios coordenados pela Revista Superinteressante: O Prêmio Super Ecologia 2002 com o Melhor ONG na categoria Água e o Grande Prêmio Super dado ao Projeto 1 Milhão de Cisternas com o Melhor Projeto Ambiental do Brasil de 2002.

árido. A motivação que orientou este trabalho foi a de investigar como transformar uma realidade a partir da mudança de concepção por parte dos que nela vivem; problema este presente ainda hoje nas agendas de intelectuais e militantes políticos identificados com a construção de uma sociedade mais digna. O foco do trabalho foi dirigido para o processo de construção de autonomia das populações rurais do semi-árido pernambucano, público que é trabalhado nas intervenções da ASA.

Se bem que nosso trabalho foi dirigido ao mundo rural, é importante lembrar que as definições oficiais seguidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE sobre o rural e o urbano no Brasil tem recebido críticas, como as formuladas por Wanderley (2001), que aponta para o equívoco de se considerar urbano qualquer aglomerado com uma sede. Tal caracterização institui uma separação, oposição entre o rural e o urbano que não representa a realidade⁶. Nesse sentido, nosso trabalho é voltado para a área de atuação da ASA – o semi-árido rural brasileiro, mas entendemos que as ações desenvolvidas por ela têm impacto inclusive no espaço considerado urbano.

No primeiro capítulo, fazemos uma revisão das duas estratégias de desenvolvimento para a região semi-árida, a convencional de combate à seca e a proposta pela ASA, de convivência com o semi-árido. Essa discussão possibilitou o esclarecimento das diferenças entre as duas estratégias e suas implicações na proposição de políticas de desenvolvimento para a região. Nesse sentido, vale ressaltar que a realidade do semi-árido não se esgota em sua dimensão ambiental caracterizada pela seca, mas é *atravessada* pelas dimensões social, política, econômica, cultural,

⁶ Em exaustivo trabalho de revisão da estatística oficial, Wanderley (2001) demonstra que 24,3% dos municípios na região nordeste têm menos de 20 mil habitantes, de acordo com as estatísticas do IBGE, e são considerados como áreas urbanas. No caso de Pernambuco essa autora identifica nos dados oficiais, que 60% dos municípios ocupam a mão-de-obra em atividades agropecuárias, caracterizando-os como essencialmente realidades rurais.

além da ambiental, diversificada e não reduzida ao aspecto físico do período de estiagem.

O capítulo 2 apresenta as abordagens de intervenção rural adotadas no Brasil nas últimas décadas. Essa revisão nos permitiu identificar um processo de autocrítica das metodologias de intervenção rural no país, que passaram a integrar como suas preocupações a participação dos agricultores para os quais são dirigidas as intervenções, e a construção de uma consciência crítica de sua realidade.

O material trabalhado nos capítulos 1 e 2 fundamenta o desenvolvimento da pesquisa, por situar o contexto no qual é tratado o objeto de estudo, isto é, no debate sobre estratégias de desenvolvimento do semi-árido e abordagens de intervenção rural.

O capítulo 3 esclarece sobre a pesquisa propriamente dita, apresentando seus objetivos, a problemática que a justifica e as orientações teóricas utilizadas. Ênfase é dada na questão da autonomia inscrita na dimensão política espaço privilegiado de formação do social em que os sujeitos são considerados participantes ativos. Essa formulação distancia-se de orientações com foco em determinismos macrossociais quanto à formação do social e à participação dos sujeitos nesse processo.

No capítulo 4 são apresentados os participantes da pesquisa e os instrumentos/procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados. O foco no discurso dos entrevistados orientou a adoção de procedimentos que privilegiaram a expressão das suas implicações para com os assuntos abordados.

O capítulo 5 analisa dois sentidos identificados para a vida no semi-árido, o da inviabilidade e o da convivência e suas relações com a questão da autonomia dos atores sociais, considerando a articulação dos diversos temas expressos nas entrevistas: questão ambiental, desenvolvimento e intervenção rural, práticas produtivas, projetos

pessoais e coletivos. As análises são articuladas a reflexões teóricas e resultados de outras pesquisas disponíveis na literatura sobre o assunto.

Finalmente, as considerações finais apresentam uma síntese geral dos resultados da pesquisa e algumas reflexões sobre três temas específicos: a formulação de políticas de desenvolvimento e intervenção para o semi-árido brasileiro; os estudos sobre mudança social e os programas de formação de profissionais para o trabalho de assessoria técnica rural.

1. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO

Como já mencionado, as políticas de investimento do Estado Brasileiro na região semi-árida têm sido historicamente pautadas por estratégias de combate à seca que é considerada como o fator determinante do subdesenvolvimento da região. Nos últimos anos, a partir de mobilização de organizações da sociedade civil, outras estratégias têm sido experimentadas, particularmente as que procuram dar ênfase à convivência com o semi-árido. Neste capítulo caracterizaremos essas duas estratégias de desenvolvimento a partir de algumas contribuições da literatura especialmente selecionadas sobre o assunto, tendo em vista o enfoque específico da pesquisa.

1.1. O COMBATE À SECA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO

Neste item apresentaremos uma revisão das experiências do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com destaque para as suas estratégias de desenvolvimento para o semi-árido brasileiro. Associamos a esta revisão, reflexões críticas que apontam equívocos no tratamento das questões edafo-climáticas do semi-árido e uma síntese das concepções sobre a seca que têm permeado o debate e as políticas para o desenvolvimento da região.

A experiência do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS

A atenção oficial do governo brasileiro para com o semi-árido foi instituída desde 1909 com a criação do DNOCS, então chamado de *Inspetoria de Obras Contra a Seca* - IOCS. O termo pelo qual é conhecido até hoje data de 1945 (DNOCS, 2002). Este órgão divulga suas ações como realizações pioneiras e fundamentais para garantia

da vida na região semi-árida brasileira. Reconhece como sendo de sua autoria os primeiros estudos sobre o semi-árido em seus diversos aspectos: geográficos, geológicos, climatológicos, botânicos, sociais e econômicos.

O DNOCS (op. cit.) considera que a sua principal estratégia de atuação foi a construção de obras ao longo da sua existência: estradas, pistas de pouso, poços profundos, açudes. Foram construídos pelo DNOCS no chamado Polígono das Secas, 291 açudes públicos com capacidade para acumular 15,3 bilhões de metros cúbicos de água. Uma outra modalidade de construção de açudes pelo DNOCS foi a que “premiava” com o equivalente a 50% ou até 70% do orçamento da obra, fazendeiros e prefeituras que solicitavam açudes em suas propriedades. Foram construídos, nesta modalidade, 593 açudes até 1988, com capacidade de armazenar 1,2 bilhão de metros cúbicos de água.

Destacamos, além desses dados, outros da atuação do DNOCS que interessam ao nosso estudo. Já em 1934 tiveram início ações de “incremento da agricultura” com produção de mudas frutíferas e florestais e de sementes selecionadas em áreas irrigadas próximas aos açudes. Além disso, investimentos também foram feitos na pecuária: “reprodutores de raças indianas e européias foram introduzidos, com grande aceitação dos criadores locais” (op. cit.).

O trabalho da extensão rural foi acionado na seca de 1942, cuja intervenção garantiu a marca de 1.700 hectares irrigados na região. Até 1970 a maior preocupação do DNOCS era o armazenamento de água para a irrigação. Segundo o DNOCS (op. cit.) as poucas verbas destinadas ao órgão impediram um avanço na área irrigada no nordeste, o que limitou as suas obras cujo mérito é o de que “tomaram possível a vida em grande parte dos sertões”.

Atualmente, o DNOCS está vinculado ao *Ministério da Integração Nacional*. Em sua cerimônia de posse como diretor geral do DNOCS, em janeiro passado, Eudoro Santana, segundo reportagem do jornal O Povo (28 de janeiro de 2003), destacou a fragilidade do órgão citando, por exemplo, que dos 14 mil servidores que já passaram por ele, atualmente a casa só conta com 2.120. Além disso, de acordo com sua avaliação, o órgão se tornou um “repassador de recursos”, desvirtuando sua vocação de intervenção no semi-árido. Finalmente, o diretor geral do DNOCS expressou uma expectativa positiva para o órgão: "Agora iremos mudar. Será implementada no Brasil uma política nacional de convivência com o semi-árido".

Apesar dessa aparente alteração de foco sobre a vida no semi-árido, expressa no discurso de Eudoro Santana, consideramos que em toda sua existência o DNOCS foi orientado pela idéia hegemônica de que se deve combater a seca, que marca inclusive o nome do órgão. Todo esforço em sua história, então, foi em atacar o principal problema do semi-árido: a estiagem.

Em suma, a estratégia de desenvolvimento do semi-árido adotada pelo DNOCS investiu na mudança do ambiente, considerado inóspito. Construção de açudes, adoção de sementes selecionadas, planos de irrigação, introdução de raças estrangeiras, são algumas das ações que expressam o sentido de que a região é inadequada para o trabalho rural e para se viver, sendo conseqüentemente necessária a sua transformação.

A experiência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Os anos 1950 no Brasil marcaram o esforço do governo federal na construção de uma *sociedade moderna* sintonizada com os avanços do mundo e fortalecida intemamente pela integração dos vários segmentos sócio-econômicos e dos espaços regionais. Como estratégia para alcançar esse objetivo, o governo do Presidente

Juscelino Kubitschek criou vários grupos de trabalho empenhados em estudar e propor ações em várias áreas (SUDENE, 1990).

Em documento de avaliação dos vinte anos de existência da SUDENE (1980: 13) é relatada a criação do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN*, em 1956, ligado à Presidência da República, através do Conselho de Desenvolvimento Econômico, cuja tarefa era construir um diagnóstico da região e propor “os remédios econômicos mais adequados para reverter a tendência histórica de cristalização das diferenças entre o Nordeste e o Centro-Sul e a distribuição da renda dentro da Região”. O relatório final do GTDN foi apresentado em 1959 (SUDENE, 1990: 7) sob o título “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, propondo: a) criação de parque industrial autônomo; b) modernização agrícola nas áreas úmidas; c) racionalização agrícola nas áreas semi-áridas; d) colonização em áreas devolutas; e) articulação de ação regional da União”. A criação da SUDENE em dezembro do mesmo ano com objetivo de implementar as sugestões do GTDN, a partir da elaboração e execução de projetos específicos, é um fato importante na atenção dirigida à região semi-árida brasileira.

De acordo com a leitura que fizemos dos documentos de avaliação da atuação da SUDENE (SUDENE, 1980; 1990; 2000), a meta de promover o desenvolvimento econômico do nordeste com a perspectiva de minimizar as diferenças regionais em relação às regiões sul e sudeste do país e melhorar os índices sociais da região não foi totalmente alcançada em seus 43 anos de existência⁷. A instalação do regime militar em 1964, no país, limitou a atuação da SUDENE a partir de vários dispositivos

⁷ A recriação da SUDENE tem sido discutida com ex-funcionários da Autarquia, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, a partir do GTI – Grupo de Trabalho Intermistrial para Recriação da Sudene, criado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo documento final (GTI, 2003) orientou o Projeto de Lei Complementar para Recriação da SUDENE, enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional em 28 de julho de 2003.

coerentes com a centralização política e administrativa do Estado em tempos de ditadura.

Tais dispositivos são avaliados em documento da SUDENE (1990): já em 1964, com a criação do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, a partir da Lei nº 4.344, a SUDENE perde sua vinculação direta com a Presidência da República, e, por conseguinte, seu poder político e administrativo. Em 1967 é abolido da Constituição outorgada, o texto que definia 2% da receita tributária da União como o fundo de auxílio ao Nordeste, na luta contra as secas. Em 1971, o Ato Complementar nº 43 criou o Sistema Nacional de Planejamento, modificando a orientação de funcionamento da autarquia até então, a partir da formulação de Planos Diretores. Assim, os Planos Regionais deveriam compor o Plano Nacional de Planejamento, ficando centralizadas as definições de metas e ações para a região nordeste e, conseqüentemente, reduzindo o impacto de ações efetivamente transformadoras da realidade econômico-social da região.

Em 1986, com a Nova República, indica-nos o documento (SUDENE, 1990: 11), esforços foram dirigidos para a construção e execução de um Plano Regional do Nordeste, com inovações para o desenvolvimento da região. Entretanto, “a crise econômica, financeira e política que se abateu sobre o País” comprometeu a atuação da SUDENE em seus propósitos.

Em avaliação crítica da atuação dos 30 anos da autarquia (SUDENE, 1990: 104), constata-se que um certo avanço no aspecto econômico foi conquistado, expresso, por exemplo, no crescimento do Produto Interno Bruto, com média de 6,6% ao ano, neste período, enquanto que o do Brasil foi de 5,9%. Entretanto, esse avanço não foi acompanhado de uma “integração produtiva” das diversas sub-regiões do nordeste. “Ao contrário, tem-se constatado um alargamento das disparidades

interestaduais de desenvolvimento, ao lado de uma tendência de ‘enclausuramento’ das regiões sertanejas”.

Quanto ao aspecto social, a avaliação dos 30 anos de atuação da SUDENE (1990), identifica a região como injusta, já que a maioria da população é excluída dos frutos do crescimento econômico, mantendo-se o quadro geral de pobreza e os padrões sociais de educação, habitação, transporte coletivo, nutrição e saúde em níveis tão baixos, que colocava o Brasil entre os países mais pobres do mundo.

Destacamos dessa avaliação crítica da atuação da SUDENE (1990: 120), que os investimentos foram dirigidos prioritariamente para a modernização do parque industrial do nordeste, cujos investidores, em sua maioria eram do sudeste. Por outro lado, as áreas rurais foram pouco investidas, favorecendo principalmente as oligarquias do setor. A avaliação da atuação no semi-árido indica que “sem uma tecnologia dominada para a Região Semi-Árida, principalmente a nível da (sic) pequena propriedade, a agricultura nordestina continuou muito vulnerável aos fenômenos climáticos, alcançando uma taxa média anual de crescimento de apenas 3,1%”.

A trajetória da SUDENE, segundo a leitura que fizemos dos documentos de avaliação da autarquia, foi marcada por um lado, pelo apoio ao desenvolvimento industrial do nordeste, setor considerado como capaz de modificar o quadro de atraso e pobreza em que se encontrava a região. Por outro lado, a agropecuária no semi-árido recebeu investimentos mais dirigidos para a área de agricultura irrigada que atraiu investidores de outras regiões do país. Em contrapartida, os investimentos ao semi-árido, atingindo a grande maioria dos agricultores familiares, foram marcados por políticas emergenciais e compensatórias de ataque aos efeitos da estiagem.

Alguns equívocos edafo-climáticos sobre o semi-árido

Vários estudos questionam as premissas sobre a inviabilidade da região semi-árida e propõem, em contrapartida, uma abordagem diferenciada, considerando sua complexidade, atravessada por várias dimensões além da ambiental. Ab'Sáber (1999: 7) denuncia que “isoladamente, o conhecimento de suas bases físicas e ecológicas não tem força para explicar as razões do grande drama dos grupos humanos que ali habitam”. O conhecimento adequado do meio ambiente da região, em suas limitações e possibilidades é um dos aspectos importantes para compreender aquele drama, mas não suficiente.

Segundo este autor, o que se aprende e se divulga sobre a região contém equívocos que podem comprometer as ações de promoção de desenvolvimento na área.

O autor caracteriza esta inadequada herança sobre o nordeste seco:

“Sua região interiorana sempre foi apresentada como a terra das chapadas, dotada de solos pobres e extensivamente gretados, habitada por agrupamentos humanos improdutivos, populações semi-nômades corridas pelas secas, permanentemente maltratadas pelas forças de uma natureza perversa” (Ab'Sáber, *ibid.*: 8).

Um dos equívocos denunciado pelo autor é o de que o nordeste seco é o império das chapadas. O autor argumenta que 85% de toda região semi-árida se estende por depressões interplanáticas entre maciços e algumas chapadas com a forma de “intermináveis colinas sertanejas”. Tais colinas estão sujeitas a climas quentes e secos.

“Invemo seco e quase sem chuva, com duração de cinco a oito meses, e verão chuvoso, com quatro a sete meses de precipitações pluviais; irregulares no tempo e no espaço, de forma que os índices que buscam medir médias de precipitação guardam alta dose de irrealidade (sic), servindo como mera

referência genérica, para efeito de comparação com as regiões úmidas e subúmidas do país” (Ab’Sáber, *ibid.*:10).

Outro equívoco apontado pelo autor, diz respeito à idéia de que na região há uma presença extensiva de terras ressequidas e gretadas. O que ocorre na região é uma associação complexa de solos totalmente diversa de qualquer outra existente no Brasil.

A drenagem aberta para o mar, segundo Ab’Sáber (*ibid.*: 11) “impediu a formação, em larga escala, de solos verdadeiramente salinos. (...) Os sais dissolvidos das rochas cristalinas (...) são quase totalmente evacuados pelo fluxo das águas na estação chuvosa”. Assim, conclui o autor que a construção de açudes acaba contribuindo com a salga das águas retidas no solo.

De acordo com Rebouças (2001) a estiagem não deve ser considerada como o problema principal da região semi-árida. Chove no sertão o suficiente para a manutenção da população, inclusive nos períodos de estiagem. O problema é que a evaporação da água é muito grande, sendo a situação agravada pela armazenagem inadequada. A escassez e má qualidade da água são conseqüências do uso inadequado dos recursos hídricos disponíveis na região.

Uma outra falácia que Ab’Sáber (op. cit.: 13) desmonta, diz respeito à defesa da irrigação como saída produtiva para a região. De acordo com o autor, “as verdadeiras planícies suscetíveis de irrigação não perfazem mais do que 2% do espaço total” da região.

A construção de barragens na região, na avaliação do autor (Ab’Sáber, 1999: 13), atendeu muito mais a soluções cômodas de engenharia, do que às características do meio ambiente, dando início, em suas palavras, aos “primeiros ensaios de faraonismo (sic) estéril, totalmente impotentes para resolver os grandes problemas regionais”.

Esses equívocos em relação ao semi-árido têm caracterizado as políticas para região como compensatórias e emergenciais, dirigidas ao enfrentamento das conseqüências das secas para a população e o ambiente. Entretanto, as ações governamentais têm sido impotentes em propor uma estratégia eficaz de desenvolvimento do semi-árido brasileiro.

Breve revisão de concepções sobre a seca

De acordo com Alfredo Macedo Gomes (1998), na história de atenção para com a seca no Brasil pode-se enumerar quatro concepções que, por sua vez, são apoiadas nos aspectos objetivos do fenômeno.

A primeira é uma concepção hidráulico-institucional, que leva a uma posição “naturalista” da seca considerada condição natural da região semi-árida pela “ausência, má distribuição ou irregularidade das chuvas, provocando escassez dos reservatórios” (*ibid.*: 59). Essa concepção é identificada como a responsável pela institucionalização da seca.

A segunda, uma concepção da economia política do semi-árido em suas duas vertentes: a desenvolvimentista e a estruturalista, de acordo com Gomes (*op. cit.*). A primeira delas rejeita a perspectiva hidráulico-institucional e passa a considerar a seca por sua problemática de natureza econômica, expressa principalmente, a partir do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, cuja presença de Celso Furtado foi marcante. O relatório final do GTDN (SUDENE, 1980) sugeriu um Plano de Ação para a região Nordeste articulado por duas metas:

- i) Tomar o Nordeste mais resistente às secas, a partir da reorganização da economia das zonas semi-áridas. Para tanto, previa um deslocamento da sua fronteira agrícola, incorporando terras maranhenses e goianas, e usando intensivamente as áreas úmidas da região.

- ii) Elevar a produtividade média da força de trabalho concentrada na faixa úmida da região, a partir da intensificação dos investimentos em indústrias.

Essa concepção desenvolvimentista, portanto, defendeu a reformulação das políticas sociais dirigidas para a região, a fim de se alcançar o desenvolvimento através da alteração do quadro de fragilidade da economia do semi-árido, cuja existência é creditada à falta de integração ao mercado⁸.

A vertente estruturalista⁹ entende o fenômeno da seca como causado por dois grandes fatores: a alienação na ocupação e utilização dos solos na região e a manutenção de uma estrutura social concentradora e injusta. Aqui, Gomes (op. cit.) destaca que a forma de organização social excludente da região é apontada como responsável pelo subdesenvolvimento, fome e miséria que acompanham a seca. Desmistifica assim, tanto a perspectiva naturalista que considera a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social nordestina, quanto à solução hídrica como a única adequada para a região. Nesta perspectiva estruturalista, é esperado que através de um trabalho de conscientização política que explicita a dominação ideológica de uma classe social (oligarquias da seca) sobre outra (sertanejos explorados e excluídos), seja possível remover os impedimentos de desenvolvimento da região.

Uma terceira concepção explica que a seca apenas precipita a *pobreza estrutural*. De acordo com esta concepção, o clima do semi-árido não sofreu alterações substanciais, a organização sócio-econômica é que mudou. As secas então, “seriam um acontecimento historicamente produzido, por motivações político-econômicas, no seio

⁸ Cf crítica de Gomes (1998) a esta concepção que não considera as características específicas das sociedades camponesas, como por exemplo, a integração parcial aos mercados. O viés desenvolvimentista desta concepção tende a tratar as populações sertanejas a partir de uma lógica que não as representa.

das relações de produção, observadas alterações ocorridas na organização sócio-econômica nordestina” (Gomes, *ibid.*: 85).

A quarta concepção citada por Gomes (op. cit.) associa a seca a uma *pobreza rural preexistente*, defendendo que alguns são mais vulneráveis à seca do que outros. Segundo esta concepção, o proprietário-patrão tem mais condições de evitar as conseqüências da seca, já que adota o esquema “gado-algodão-subsistência”, do que o trabalhador que apenas lida com a cultura de “subsistência”, sendo este, portanto, mais vulnerável à seca. Entendemos que esse raciocínio *naturaliza* as estratégias produtivas na agricultura, desconsiderando o contexto histórico que fez surgir, por exemplo, as categorias “proprietário-patrão” e “trabalhador” com as quais trabalha a referida concepção.

Considerando as intervenções oficiais sobre a seca, ao longo dos tempos, Poletto (2001) denuncia o favorecimento de elites em oposição à grande massa de agricultores familiares da região:

“Na verdade, a *seca* foi instrumentalizada pelas elites regionais como um negócio, como uma oportunidade para atrair recursos com juros subsidiados ou doados, bem como para organizar, com recursos federais, frentes de trabalho para realizar obras que beneficiavam suas fazendas. É isso que ficou conhecido como *indústria da seca*. Em vez de buscar um conhecimento mais profundo das condições ecológicas da região e lutar por políticas adequadas a um desenvolvimento favorável a todas as pessoas, a seca serviu como *moeda de troca* das elites com os detentores de responsabilidades governamentais. Com isso, os períodos de seca se transformaram em oportunidades de maior enriquecimento e domínio sobre a população” (p.14).

A partir da revisão que faz das concepções sobre a seca, Gomes (1998) propõe uma postura diferenciada para se considerar a questão. De acordo com este autor, a seca representa um processo social da realidade brasileira, para o qual são dirigidos

⁹ Expressa na produção de Manoel Correia de Andrade.

significados que remetem à estrutura física semi-árida e tocam em aspectos do cotidiano político que a envolve.

O trabalho de pesquisa desenvolvido por Gomes (op. cit.) com habitantes do semi-árido participantes das *frentes de emergência* organizadas pelo governo federal, concluiu que as representações sociais e produções simbólicas formuladas pelos sertanejos “expressam significações predominantemente de cunho mágico-religioso, indicando a valorização da seca e de suas conseqüências como coisa justificadamente natural-religiosa, minimizando o papel de injunções políticas, econômicas e sociais” (*ibid.*: 95).

A partir de uma análise cuidadosa, Gomes (1998) nos apresenta a *trama* da vida no semi-árido, que articula num só tempo a inevitável natureza e o infalível poder divino. Se bem que uma pequena parte dos seus informantes identifica como causa da seca a ação do ser humano, a sociedade, a grande maioria atribui a existência da seca aos fatores natural e religioso. Por um lado, a seca é obra da natureza, por outro, é enviada por Deus como expiação dos pecados do povo do sertão. A *organização* da situação assim descrita distancia-se de qualquer possibilidade de reflexão crítica que, por ventura, identifique determinantes sociais, políticos e/ou econômicos no fenômeno *seca*.

De forma geral, consideramos que a estratégia do combate à seca que tem orientado as ações governamentais no semi-árido produz um círculo vicioso no qual interesses econômicos das elites regionais orientam os investimentos para área, mantendo à margem das políticas, agricultores familiares. Além disso, uma dimensão simbólica está presente na questão, se bem que não tem sido considerada na formulação de políticas para o semi-árido. Como a população residente na zona rural do semi-árido significa sua vida, sua relação com o ambiente marcado por freqüentes

secas, sua relação com o mundo, são elementos importantes a se considerar na formulação de estratégias de desenvolvimento para a região.

1.2. A CONVIVÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO

A estratégia de desenvolvimento sustentável para o semi-árido, tem sido defendida por organizações da sociedade civil que rejeitam a idéia da inviabilidade da região e postulam a convivência com o semi-árido como estratégia alternativa à de combater a seca, considerando o ambiente a partir dos seus agroecossistemas e tendo como principais protagonistas os agricultores familiares.

O debate institucional sobre desertificação e desenvolvimento sustentável

O debate sobre o combate à desertificação e convivência com a seca tem sido ampliado no Brasil desde 1992, na *Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* – CNUMAD ocorrida no Rio de Janeiro.

Nesta ocasião, como nos informa a *Agenda 21 do Estado de Pernambuco* (Pernambuco, 2003: 94), foi constatado que programas internacionais de combate à desertificação e à seca desenvolvidos até então, não obtiveram sucesso, e que seria fundamental que os países atingidos pelo problema se reunissem numa convenção internacional específica. Foi constituída, então a *Convenção de Combate à Desertificação* assinada por 158 países, que entrou em vigor em 1996, com “objetivo de elaborar e implementar políticas, programas e projetos destinados ao combate e à prevenção da degradação da Terra, com a participação das comunidades afetadas”.

Paralelamente a esta conferência oficial, a sociedade civil mundial promoveu o *Fórum Global*, que foi mais conhecido como ECO 92 ou RIO 92, liderado pelo *Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente*. “Pela primeira vez a sociedade civil global debatia e se posicionava

quanto às questões do semi-árido e, deste processo, as entidades atuantes no Nordeste do Brasil participaram ativamente” (ASA, 2001). A motivação geral nas discussões sobre desenvolvimento sustentável que pautam as discussões sobre o meio ambiente, é que os investimentos produtivos possam satisfazer as necessidades humanas do presente sem comprometer a capacidade de futuras gerações de atenderem suas necessidades também.

Várias iniciativas foram tomadas desde a ECO 92 na perspectiva de intervenção diferenciada na região semi-árida, das quais citamos algumas.

O governo do Estado de Pernambuco em 1997, na gestão de Miguel Arraes, assume o debate sobre o assunto dentro de seus objetivos de regionalização das ações de desenvolvimento do estado, elaborando *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Pernambucano*, instrumento de negociação com os diferentes segmentos da sociedade (CONDEPE, 1997). Destacamos alguns problemas do semi-árido apresentados pelo *Plano*: (i) vulnerabilidade às secas com conseqüências diretas à agricultura e à pecuária; (ii) altos níveis de desertificação; (iii) desmatamento devido à prática da pecuária extensiva e o uso de madeiras para fins energéticos; (iv) sanilização dos solos devido ao manejo inadequado na agricultura irrigada; (v) baixa produção científica e tecnológica para as necessidades do semi-árido; (vi) gestões municipais sem planejamento e compromissos com objetivos de longo prazo.

No desenvolvimento dos trabalhos da *Convenção de Combate à Desertificação* Recife foi sede em 1999 da 3ª Conferência (COP3)¹⁰, que reuniu cerca de dois mil delegados de mais de 150 países que discutiram sobre políticas e instrumentos para

¹⁰ A 1ª Conferência das Partes da Convenção da Desertificação ocorreu em setembro de 1997, em Roma; a 2ª Conferência, em novembro de 1998, em Dacar, no Senegal (Pernambuco, 2003).

enfrentar o problema do semi-árido em nível global (ASA, 2001). Assim como na reunião de 1992, foram realizados fóruns paralelos à Conferência de 1999.

Um dos eventos paralelos foi a *Oficina de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia para a Sustentabilidade do semi-árido do Nordeste do Brasil*, reunindo 25 pesquisadores de seis estados nordestinos. O documento síntese da oficina (Araújo e outros, 2002) aponta três elementos como fundamentais para referendar um plano de combate à desertificação: a decisão política e suas ações, o fortalecimento de pesquisas em ciência e tecnologia e a participação da população afetada pelo problema, nos processos decisórios, planejamento, implementação e avaliação dos programas a serem adotados.

No que se refere às preocupações oficiais do Estado de Pernambuco, mais recentemente, foi realizado no primeiro semestre de 2002 o *Fórum Estadual da Agenda 21 de Pernambuco*, com objetivo de revisar os compromissos pautados dez anos depois da Conferência do Rio que construiu a Agenda Global 21. A revisão fez-se necessária diante do reconhecimento das dificuldades de implementação da Agenda Global 21. O Fórum Estadual, segundo Alexandrina Moura (2003) foi realizado num processo participativo envolvendo cerca de 2000 pessoas em todo o Estado, e por reivindicação dos atores envolvidos, foi elaborada uma agenda própria para Pernambuco, respeitando as demandas locais. Um dos primeiros produtos desse processo foi a construção de fóruns para iniciar a construção de Agendas 21 Locais.

A Agenda 21 (Pernambuco, 2003) trata as secas periódicas na região semi-árida com destaque para suas conseqüências em vários aspectos: políticos, econômicos, sociais e ecológicos. Reconhece, assim, que uma estratégia de desenvolvimento para a região deve considerar a complexidade da realidade sob o risco de repetir erros já

conhecidos de estratégias anteriores, como aumento da pobreza, exclusão, êxodo, manipulação de verbas públicas por elites locais e degradação ambiental.

As estratégias apresentadas na Agenda 21 (Pernambuco, 2003) para o combate à desertificação e convivência com a seca em Pernambuco são: (i) desenvolvimento de processos produtivos sustentáveis no semi-árido; (ii) desenvolvimento da ciência e tecnologia para o bom trópico semi-árido; (iii) sustentabilidade em áreas de desertificação e/ou com restrições hídricas severas.

O *Grupo de Trabalho Interministerial para Recriação da SUDENE*, realizou Oficina de Trabalho sobre Políticas para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro¹¹, com participação de representantes do governo federal, de alguns estados do nordeste, do movimento sindical rural, do Banco do Nordeste - BNB e de organizações da sociedade civil que têm desenvolvido trabalhos na área. A tônica das discussões na referida oficina refletiu as duas estratégias de desenvolvimento historicamente presentes na região: a de combate à seca e a de convivência com o semi-árido, a partir de documentos que orientaram os debates (Carvalho, 2003 e Santos e colaboradores, 2003).

A constituição da Articulação no Semi-Árido - ASA

Outro evento ocorrido no mesmo período da COP 3 foi o chamado *Fórum Paralelo da Sociedade Civil à COP3*, liderado pela sociedade civil organizada e atuante na região semi-árida brasileira, com participação de entidades dos cinco continentes do mundo. A coordenação desse Fórum Paralelo foi feita pelas organizações representativas de atuação no semi-árido brasileiro, que meses depois consolidaram a *Articulação no Semi-Árido - ASA* (ASA, 2001), sendo este um dos principais produtos desse Fórum Paralelo.

Consideramos que os trabalhos realizados no semi-árido pelas organizações da sociedade civil começam a ganhar mais visibilidade nos últimos anos a partir da articulação delas em torno da ASA. As estratégias de intervenção dessas organizações são coerentes com a perspectiva do desenvolvimento sustentável da região, priorizando o apoio à agricultura familiar na perspectiva de construção de uma convivência equilibrada com a realidade da região, e a autonomia das organizações a ela filiadas, como descrito em sua *Carta de Princípios* (ver Anexo).

As orientações da ASA para uma política de desenvolvimento para o semi-árido constam em sua *Declaração do Semi-Árido* (ASA, 1999), pela defesa dos seguintes aspectos que apresentamos de forma resumida:

- Reforço das medidas emergenciais, já que os problemas não se resolvem em curto prazo;
- Viabilidade do semi-árido justificada por 10 anos de experiências pioneiras em algumas áreas do nordeste que confirmam a possibilidade de se conviver com as condições ambientais da região;
- A diversidade do semi-árido exige uma atenção cuidadosa para com a imensa área que o compõe, rejeitando posturas reducionistas tanto dos recursos naturais disponíveis, quanto dos habitantes da região;
- A sustentabilidade deve estar na base dos investimentos para a região, tanto no que se refere ao manejo, uso, preservação e reabilitação dos recursos naturais, quanto na estrutura político-econômica dos programas para a região;
- O fortalecimento da sociedade civil deve ser priorizado, com vistas a modificar o quadro de dominação política que impede o desenvolvimento da região;

¹¹ Em 30 de maio de 2003.

- Inclusão de mulheres e jovens no processo de desenvolvimento, respeitando especificidades de gênero e geração;
- Finalmente, a Declaração do Semi-Árido defende o financiamento do programa de convivência com o semi-árido de forma continuada e sistemática para garantir ações inclusive nos anos que não se caracterizam pela estiagem.

Uma experiência diferenciada nas ações de emergência contra a seca

Intervenção desenvolvida pela Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste - Assocene com financiamento da Sudene é publicada em parceria numa cartilha (SUDENE e ASSOCENE, s/d) que apresenta experiências inovadoras de relação com a seca no nordeste brasileiro. São citadas os casos dos municípios de Monteiro/PB e Pão de Açúcar/AL nos quais por ocasião das ações de emergência para enfrentamento dos efeitos da estiagem, em 1998, foram associadas ações que se pretendiam de caráter mais permanente para lidar com os problemas da seca. A partir das Comissões Municipais, foram construídas outras atividades, como cursos de alfabetização de adultos, cursos profissionalizantes, complemento alimentar para os mais necessitados. Esta estratégia investiu na organização social dos agricultores como instrumento de apoio na busca de alternativas para a convivência com os problemas da seca. No referido documento são citadas outras experiências coordenadas por ONG's ou governos estaduais nas quais as intervenções se assemelham no objetivo de modificar a dependência de agricultores familiares das ações emergenciais e promover estratégias sustentáveis de convivência com o semi-árido. Dentre elas, crédito rotativo, obras de captação e conservação de água, construção de adutoras, implantação de sistemas produtivos que combinam culturas tradicionais com espécies nativas.

Algumas experiências alternativas de atuação no semi-árido

A experiência da *Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA*, no agreste da Paraíba nos ensina sobre a estratégia de desenvolvimento que orienta as ações que investem na convivência com o semi-árido. Peterson, Silveira e Almeida (2002: 20) discutem que há uma grande heterogeneidade ambiental na região, exigindo que as intervenções no meio respeitem as especificidades o que, de acordo com os autores, implica na adoção de “estratégias extremamente sofisticadas e peculiares”.

Nesse sentido, a AS-PTA apóia-se em duas premissas principais que orientam sua estratégia metodológica na região. A primeira é a de que já existe entre as famílias de agricultores um processo espontâneo de inovação técnica, expresso pela experimentação e transmissão horizontal de conhecimentos. Tal processo é possível ser dinamizado a partir da revitalização do ambiente sociocultural onde se desenvolve. A segunda premissa aponta a ciência da agroecologia como orientação para o desenvolvimento de inovações técnicas coerentes com o objetivo de intensificar sistemas agrícolas em bases sustentáveis.

A estratégia de intervenção da AS-PTA, segundo os autores, associam o enfoque agroecológico com a abordagem participativa. Esta, por um lado, garante que os conhecimentos locais a respeito do uso e do manejo produtivo dos recursos naturais sejam valorizados. A agroecologia articula tais conhecimentos com os conceitos e métodos de origem acadêmica, com objetivo de adaptá-los e desenvolvê-los.

Os trabalhos de intervenção citados pelos autores partem da elaboração de Diagnóstico de forma participativa com as famílias de agricultores. Nesse sentido, resgatam os conhecimentos locais sobre o manejo dos recursos naturais, associando-os com os princípios da agroecologia, fomentando assim, a apropriação por parte das famílias de agricultores, da realidade na qual estão inseridas.

As experiências de diagnóstico dos municípios de Remígio (STR Remígio e AS-PTA/PB, s/d) e de Lagoa Seca (STR Lagoa Seca e AS-PTA/PB, 2000) na Paraíba, parceria entre a AS-PTA e seus respectivos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR, documentadas em cartilhas resumem todo o processo e explicitam a estratégia adotada pela AS-PTA de associar observação, sistematização, reflexão crítica e participação das famílias de agricultores para se alcançar um conhecimento adequado da realidade e assim elaborar propostas de intervenção que garantam o desenvolvimento sustentável.

A partir de metodologia própria de *Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas* – DRPA, a AS-PTA em seus trabalhos no agreste paraibano, citados por Peterson, Silveira e Almeida (2002:30), caracterizou os tipos de organização sociotécnica das unidades agrícolas familiares da região, e concluiu que há “uma analogia fundamental entre a racionalidade técnica que organiza a estrutura e o funcionamento dos agroecossistemas e a ecologia dos ecossistemas naturais”.

Confirma esse argumento, a constatação de uma das estratégias utilizadas na região, por agricultores familiares: a diversidade de espécies cultivadas de forma complementar em sistemas de consórcio ou rotações. Os policultivos garantem a manutenção de alta biodiversidade funcional do sistema agroecológico, já que atendem demandas específicas das culturas associadas relacionando aspectos temporal, espacial e fisiológico. Assim, além de contribuir para o equilíbrio ecológico, por promover reciclagem de nutrientes no solo e na vegetação e promover equilíbrio de insetos e pragas, essa técnica permite o aumento do nível de segurança alimentar das famílias garantido pela produção diversificada. Essa complexa lógica de produção garante também a articulação de interesses econômicos e sociais, já que ao associar diversas culturas, minimiza riscos mercadológicos e valoriza recursos locais escassos como a terra, mão-de-obra familiar, água e nutrientes.

Estratégia semelhante tem sido adotada pela ONG Sabiá em Pernambuco, que tem desenvolvido a Agricultura Agroflorestal (Sousa, 2000) incentivando a cultivo de diversas espécies numa mesma área, a partir do conhecimento e da experiência dos agricultores que possibilita a identificação do potencial da área, associando-os com princípios da agroecologia.

A policultura tem sido desvalorizada como estratégia de produção por parte de políticas de desenvolvimento para o semi-árido. Os programas de crédito agrícola tendem a condicionar o financiamento para plantio de cultivo solteiro de espécie indicada no ato de adesão ao crédito. Essa realidade tem contribuído para a inviabilidade produtiva da região, já que os agroecossistemas locais e suas especificidades não têm sido respeitados, e o investimento tem sido em monocultura.

No caso da experiência da AS-PTA na Paraíba (Peterson, Silveira e Almeida, 2002), a estratégia adotada para investir na alta biodiversidade funcional do ambiente tem sido a revalorização das práticas de policultivo, a partir de vários processos que envolvem a interação de agricultores favorecendo o debate entre eles e experimentação de novas modalidades de consórcio considerando as condições ambientais e os interesses socioeconômicos das famílias.

Nessa perspectiva, o manejo e conservação da variabilidade genética de espécies cultivadas têm sido incentivados pela AS-PTA (Peterson, Silveira e Almeida, *op. cit.*) que identificou iniciativas utilizadas pelos agricultores da região de intercâmbio e conhecimento de sementes nativas, garantia da adaptação dos cultivos às adversidades ambientais em oposição ao uso de sementes selecionadas geralmente distribuídas segundo interesses comerciais por organizações estatais de intervenção no semi-árido.

Os autores consideram que um dos grandes desafios das organizações de agricultores da região é o de traduzir as várias experiências exitosas desenvolvidas de revitalização ecológica, em propostas de políticas públicas o que lhes garantiria, por conseguinte, a sustentabilidade da unidade produtiva. Em 2001, a partir de negociações entre a ASA-PB, o Pólo Sindical da Borborema e o Governo do Estado da Paraíba, 50% das sementes compradas pelo Governo do Estado para distribuição foram de origem dos agricultores, garantindo a maior disseminação de sementes adaptadas ao ambiente.

Outra estratégia de intervenção no semi-árido na perspectiva de promoção da convivência, citada pelos autores relaciona-se ao manejo alimentar dos rebanhos. Segundo o mesmo raciocínio que defende a policultura como estratégia sustentável em relação à monocultura, a produção forrageira é orientada pelo manejo ecológico das pastagens nativas e das reservas estratégicas disponíveis na caatinga, além da introdução de espécies exóticas nos agroecossistemas. A compreensão da complexa lógica de convivência de culturas forrageiras com o ambiente e a possibilidade de cultivo consorciado dessas espécies com outras que lhes garantam a sustentabilidade pela sinergia de nutrientes orientam as práticas de manejo alimentar dos rebanhos, garantindo alimento para os animais inclusive nos períodos de estiagem.

De acordo com a leitura que fizemos das experiências citadas pelos autores no que se refere aos tradicionais programas de crédito para investimento em sistemas pecuários são visíveis as consequências negativas de degradação ambiental. Por um lado, o estímulo ao plantio monocultural de espécies forrageiras, por outro, a orientação aos agricultores em criar apenas uma espécie de animais, provocando mudança abrupta do sistema de criação já implantado pelos agricultores, não são

acompanhados dos ajustes necessários estruturais e de manejo que um investimento desse demanda na região.

Um outro aspecto explorado na experiência da AS-PTA no agreste da Paraíba (Peterson, Silveira e Almeida, op. cit.) é o que se refere à saúde da família. A partir da realização de *Diagnóstico Participativo do Uso de Plantas Medicinais* no meio rural da região, em 1998, foi constatado um processo crescente de abandono do uso terapêutico de plantas medicinais e maior dependência da terapêutica farmacológica por parte das famílias de agricultores. Um dos motivos de tal abandono é o tamanho das terras cada vez menor devido à divisão por herança. Assim, todos os espaços são aproveitados na agricultura e na pecuária, sendo o cultivo de plantas medicinais não priorizado.

O trabalho de diagnóstico demonstrou que as famílias acumulam grande conhecimento sobre o uso medicinal de espécies tanto para o tratamento de doenças nos humanos quanto nos animais, saber este geralmente transmitido de geração em geração. Além disso, o cultivo e uso das plantas medicinais têm valor social importante por favorecer intercâmbio entre as famílias seja pela troca de espécies quanto de receitas.

Experiências no uso dos recursos hídricos

As reflexões decorrentes do trabalho de diagnóstico citado acima possibilitaram também a elaboração de um referencial crítico sobre a má qualidade da água consumida pela população e sobre a contaminação por agrotóxico. Para lidar com essas situações no esforço de prevenção da saúde, foram identificadas algumas alternativas, como: a construção de sistemas de placas próximo à casa da família para captação de água da chuva para consumo humano; o uso da moringa no tratamento de água que

decanta sedimentos; o uso de defensivos biológicos ao invés de agrotóxico, eliminando os índices de contaminação.

A necessidade de água para o consumo humano na região semi-árida tem sido o ponto de partida dos trabalhos assumidos pela *Articulação no Semi-Árido – ASA* a partir do *Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido - 1 Milhão de Cisternas – PIMC* formulado na COP3, em 1999. A estratégia de construção de cisternas foi tomada considerando que essa questão seria capaz de articular com mais força todas as organizações que trabalham na região e por provocar um impacto significativo na vida de Um milhão de famílias (ASA, 2001).

Malvezzi (2001) lembra que a discussão no Brasil sobre o acesso à água de qualidade para o consumo humano tem um marco na Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 que instituiu a política nacional de recursos hídricos e previu a criação da Agência Nacional das Águas – ANA.

A experiência com construção de cisternas de placas para armazenamento de água de chuva teve origem na iniciativa de um agricultor/pedreiro sergipano do Município de Simão Dias, segundo Bemat citado por Peterson, Silveira e Almeida, (2002). A inovação consistiu em associar ferro e cimento na construção das cisternas no formato cilíndrico que tradicionalmente eram em alvenaria e com paredes verticais. Essa técnica além de reduzir os custos da construção, evitou os riscos de rachaduras e infiltrações frequentes nas antigas cisternas devido às quinas das paredes.

A construção de cisternas de placas pela ASA, entretanto, se dá diferente de outros programas anteriores de construção de cisternas rurais, já que condiciona a construção de cisternas a uma discussão sobre a convivência com a região semi-árida. No município de Solânea/PB, o trabalho teve início com a realização de um *Diagnóstico Rápido e Participativo em Recursos Hídricos* organizado pelo Sindicato e

pela AS-PTA (STR Solânea, 2002), envolvendo as comunidades rurais que construíram uma descrição da realidade e a partir de sua reflexão, elaboraram um planejamento. Visitas de intercâmbio a sítios da região e a comunidades rurais nas cidades de Ouricuri e Mirandiba em Pernambuco foram importantes para o desenvolvimento dos trabalhos, proporcionando a construção horizontal de conhecimento entre as famílias de agricultores. Como alternativas destacadas nesse processo, são descritas além da construção de sistemas de placas, o uso da moringa para purificar água e a construção de tanques de pedra, experiência construída por um agricultor da região de Solânea.

Uma série de possibilidades de manejo dos recursos hídricos na região semi-árida foi reunida numa cartilha organizada pela Diaconia (2002), a partir de experiências e tecnologias de convivência com o semi-árido realizadas em diversas comunidades rurais em parceria com organizações que compõem a ASA. As estratégias descritas na cartilha são: (i) barragens subterrâneas; (ii) barragens sucessivas; (iii) barramento de pedra; (iv) sistemas de placas e sistemas de placas calçadão; (v) irrigação de salvação; (vi) poço amazonas em pequena irrigação; (vii) palma agroecológica.

* * *

Segundo a revisão que fizemos, as estratégias de desenvolvimento do semi-árido só contavam no passado com a *voz do Estado*, que orientou as políticas para a região na idéia do combate à seca, com um viés produtivista. Na última década, as propostas de ONG's, movimentos sociais, movimento sindical para a região começam a ter visibilidade, orientando-se pela idéia da convivência com o semi-árido, com viés da sustentabilidade.

Consideramos que o debate da convivência tem provocado alterações no modo de se considerar políticas para o semi-árido, expressas, por exemplo, na semelhança constatada nas experiências de organizações da sociedade civil e nas propostas de governo, como vimos, nas orientações atuais do Estado de Pernambuco e na pauta de recriação da SUDENE.

Essa revisão das duas estratégias para o desenvolvimento do semi-árido convida-nos a refletir sobre a questão do assessoramento técnico dirigido às famílias de agricultores na perspectiva de consolidação das ações previstas em cada uma das agendas discutidas. Em ambas estratégias subtemde-se a presença de acompanhamento técnico nas intervenções.

A estratégia de combate à seca demandou intervenções técnicas diretas tanto referentes a conhecimentos de engenharia no caso da construção de grandes barragens e açudes, quanto relativas a conhecimentos agrônômicos e veterinários no caso da produção agropecuária.

A estratégia de convivência com o semi-árido supõe uma assessoria técnica diferenciada, seja na concepção da produção agropecuária adaptada ao meio ambiente, segundo a agroecologia, seja na compreensão da realidade na qual estão inseridos os agricultores e na possibilidade de transformá-la. Por um lado, essa realidade é considerada complexa, *atravessada* por várias dimensões: ambiental, política, econômica, social e cultural. Por outro lado, a possibilidade de reverter a situação adversa da realidade semi-árida implica no desenvolvimento de estratégias de intervenção que proporcionem o engajamento dos agricultores e mobilizem processos de apreensão da realidade, reflexão crítica e experimentação de alternativas para transformação social. O capítulo seguinte faz uma revisão dos modelos de intervenção no mundo rural brasileiro nas últimas décadas.

2. ABORDAGENS DE INTERVENÇÃO RURAL

Os investimentos em desenvolvimento rural no Brasil se orientaram por tipos de intervenção¹² específicos, de acordo com os resultados que se propunham alcançar e o contexto no qual foram implementados. Uma revisão das diferentes abordagens de intervenção rural na história do Brasil nas últimas décadas é importante diante de nossos objetivos de discutir a questão do semi-árido, já que estamos considerando que não há uma especificidade em relação à intervenção no semi-árido no que se refere às abordagens tradicionais de intervenção, utilizadas no mundo rural brasileiro, de uma forma geral.

Assim, discutiremos neste capítulo três abordagens de intervenção: a *extensão rural*, a *assistência técnica* e as *abordagens participativas*. Finalmente, faremos uma discussão sobre o quadro das intervenções rurais no Brasil a partir dos anos 1990, que culminaram com o desmantelamento dos serviços oficiais¹³. Pretendemos com esse debate reunir elementos para caracterizar o contexto onde surgem novas abordagens de intervenção, inclusive o tipo trabalhado pela ASA, que se constitui um dos objetos das nossas análises nesta dissertação.

Apresentamos a seguir, uma conceituação inicial daquelas três abordagens com o objetivo de facilitar a leitura e a compreensão do capítulo.

¹² Estamos usando o termo “intervenção” para nos referirmos ao trabalho de atuação junto aos agricultores. Apesar da conotação direta nele impregnada, não reduzimos seu uso a esta perspectiva, ao contrário, a história das abordagens é que orienta nossa leitura das “intervenções”.

¹³ Com a publicação do decreto nº 4.739 em 16 de junho passado (PRONAF, 2003), o Governo Federal transfere do Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário as ações de assistência técnica e extensão rural, instaurando assim, um novo momento no que diz respeito aos serviços oficiais de Ater. A orientação que tem tomado a formulação de um Programa Nacional de Ater envolve a participação de diversos segmentos da sociedade civil além de instâncias governamentais.

A *extensão rural*, de acordo com a leitura que fizemos de Fonseca (1985), caracteriza-se como intervenção com foco na família rural, associando a transmissão de conhecimentos técnicos ligados à produção agropecuária, com outros conhecimentos e hábitos ligados à higiene e à saúde voltados para a vida da família rural. A perspectiva deste tipo de intervenção era a de mudar conhecimentos, atitudes, habilidades dos agricultores e seus familiares, para atingir o desenvolvimento individual, familiar e social. A extensão rural no Brasil teve suas ações orientadas pelo *difusionismo*, como teremos oportunidade de discutir.

A *assistência técnica*, segundo Fonseca (1985), caracteriza-se por uma intervenção na unidade de produção, voltada para adoção de tecnologias avançadas, por parte dos produtores, que garantiriam um maior crescimento da produção e o sucesso do negócio agropecuário. O crédito tem destaque como grande impulsionador da produção nesta abordagem, de acordo com Gonçalves Neto (1997). A perspectiva deste tipo de intervenção, portanto, era a de instalar maior racionalidade no sistema produtivo condição para se alcançar mais ganhos nesta atividade.

As *abordagens participativas* surgem da crítica às duas anteriores cuja gênese identificamos na contribuição de Paulo Freire (1977) e o palco de seu desenvolvimento, no processo de (re) democratização do país a partir da década de 1980. Tais abordagens defendem o respeito ao saber e aos costumes dos agricultores e seus familiares, e credita o sucesso da intervenção à garantia da ampla participação das famílias rurais no processo de intervenção.

2.1. A EXTENSÃO RURAL

A partir da década de 1940 do século XX, são fundados os serviços de *Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater*¹⁴ no Brasil. A criação da *Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais - ACAR-MG* em 1948 através de convênio Brasil-Estados Unidos, de associação entre o governo de Minas Gerais e a *Associação Internacional Americana - AIA*, instituiu os serviços de extensão rural e inaugurou uma fase de atenção para com o pequeno produtor rural e sua família. Estes eram tratados como carentes de informações e ensinamentos que ao serem transmitidos pela Ater os ajudaria a sair do atraso no qual se encontravam. O objetivo principal da ACAR era garantir a “intensificação da produção agrícola e melhoramento das condições econômicas e sociais da vida rural” (Ribeiro e Wharton Jr., 1975:145). Outros estados seguiram o pioneirismo de Minas Gerais e criaram entidade semelhante.

Os trabalhos desenvolvidos por essas agências associavam ações de Extensão Rural e o que foi nomeado de Crédito Rural Supervisionado. As intervenções eram orientadas pelo conhecido “modelo difusionista-inovador”, caracterizado pela transmissão de conhecimentos, tanto de ordem tecnológica ligadas à produção agropecuária, quanto sobre higiene, cuidados com as crianças e outros assuntos relacionados à economia doméstica. Em suma, o desafio do difusionismo era o de

¹⁴ Será utilizada a expressão *Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)* como referência aos trabalhos de intervenção e apoio no meio rural que envolve a presença de um profissional devidamente capacitado para acompanhar os agricultores na produção agropecuária. Com isso, estamos evitando o debate mais aprofundado sobre as diferenças conceituais entre *extensão rural* e *assistência técnica*, sumariamente descritos acima. Tal debate é importante, mas para o estudo aqui apresentado, faz-se desnecessário. O termo *Ater* tem sido usado freqüentemente na atualidade de forma generalizada para se referir ao apoio à Agricultura Familiar. Aqui serão focalizadas a trajetória desses serviços e as funções que têm assumido, sendo a diferença conceitual incorporada ao texto como elemento da trajetória da Ater. O uso de um termo ou outro na descrição da história respeitará os termos utilizados pelos autores referidos.

transmitir aos agricultores e suas famílias conhecimentos importantes para sua vida familiar e para o trabalho agrícola.

Assim, além do aumento da produção buscava-se também apoiar a família rural, o que segundo Masselli (1998) caracteriza a extensão rural como promotora de propósitos mais “sociais”, comprometidos com a melhoria de vida das populações rurais.

O “modelo difusionista-inovador” foi elaborado por Everett M. Rogers, de acordo com Fonseca (1985), a partir das avaliações oriundas da aplicação do “modelo clássico” nos países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina. Este fora criado e adotado nos Estados Unidos, onde trabalhava a assistência à produção e questões ligadas ao crédito. Este método associou, nos Estados Unidos, o campo à universidade, isto é, os problemas rurais às estações de pesquisas experimentais num formato que lhe garantiu o adequado desenvolvimento dos trabalhos de extensão rural.

O “modelo clássico” foi adotado na orientação de construção de serviços de extensão rural em países subdesenvolvidos após a segunda guerra mundial, mas não produziu os resultados esperados. Nestes países, em sua primeira fase, tal modelo consistia em “informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas agrícolas” (*ibid.*: 41), utilizando-se principalmente, de recursos audiovisuais. Mas, diferente dos agricultores norte-americanos, os de países subdesenvolvidos careciam de um trabalho mais estruturado nas questões ligadas ao crédito, o que comprometeu a adequada utilização desse modelo em países como o Brasil.

Diante da ineficácia do “modelo clássico” à realidade da América Latina, o modelo “difusionista-inovador” foi criado, segundo Fonseca (op. cit.) associando duas teorias: (i) A difusionista, a partir de estudos de antropólogos e sociólogos, principalmente ingleses em suas pesquisas em zonas coloniais; (ii) A de sistemas, de

Talcott Parsons em destaque nos EUA. A idéia básica que sustentava esse modelo era a de que a difusão de conhecimentos se dá mais eficazmente num sistema social.

O desenvolvimento econômico-social de acordo com a abordagem da extensão rural, é entendido como a mudança da sociedade “tradicional, conservadora, afetiva, anti-racional” como era entendida a sociedade rural, para uma sociedade “moderna, com padrões de lucro, neutralidade afetiva, especializada na adoção de soluções técnico-científicas para problemas do cotidiano”, como reflete Fonseca (op. cit.).

Vê-se claramente que essa perspectiva se apóia numa concepção dicotômica de sociedade, que opõe tradição à modernidade em defesa da última, cujos valores são considerados ausentes no mundo rural, ao qual restava alcançar o *status* de “desenvolvido”. Para tanto, uma mudança de mentalidade do homem do campo tanto de ordem técnica como de ordem educacional, era o caminho para se alcançar aquele objetivo. A relação técnico¹⁵-agricultor expressava essa dicotomia à medida em que supunha o técnico como o detentor do “saber” que faltava ao agricultor.

Os primeiros anos de existência das ACAR'S culminaram na fundação da *Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR* em 1956. Um órgão central passou a coordenar todas as ações de extensão rural, evitando que houvesse desvios nas ações, garantindo o eixo-condutor “difusionista-inovador” da extensão rural. Assim, foi possível pela primeira vez traçar uma política nacional de extensão rural, o que aconteceu no final do ano de 1959 (Fonseca, op. cit.).

¹⁵ Utilizaremos o termo *técnico* para identificar o profissional que acompanha os agricultores em seus trabalhos de produção. Reconhecemos as diferenças entre os termos: *técnico* e *extensionista*, coerentes com a breve diferença conceitual que fizemos acima na introdução deste capítulo. Mas para o objetivo deste estudo, tais diferenças não são objeto de análise e são tratados como elementos reunidos pela própria trajetória da relação desses profissionais com os agricultores nos serviços de Ater. Manteremos o termo utilizado pelos autores citados na descrição da história, quando se referirem a esses profissionais.

De acordo com as análises feitas por Fonseca (op. cit.), um contexto político internacional sustentou as mudanças pelas quais passou a extensão rural brasileira nos anos seguintes que culminou na criação da *Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural* - EMBRATER, em 1974.

Após a revolução cubana, os EUA experimentaram uma crise de liderança sobre os países latino-americanos, o que os levou a criar Planos e Programas de Desenvolvimento para estes países. Do Brasil esperava-se um maior desenvolvimento da agricultura para fornecer matéria prima para a indústria em ascensão nos países ricos e também para o consumo do maquinário que a “moderna” indústria apresentava como alternativo à produção agrícola. A agricultura brasileira tinha como destino, portanto, “trabalhar para permitir um perfeito crescimento industrial, seja enquanto suporte de divisas, fornecedora de mão-de-obra, matéria-prima e alimentos, seja enquanto consumidora de produtos industrializados” (Fonseca, *ibid.*:160).

Para Fonseca (op. cit.), a estrutura e funcionamento da ABCAR em todo seu sistema, reproduziam a dinâmica de dominação do sistema capitalista, já que mantinham níveis diferenciados e hierárquicos de poder e decisão. A participação de famílias rurais e líderes comunitários nas decisões era praticamente nula. Aliás, o trabalho com lideranças comunitárias visava garantir que os agricultores assimilassem os conteúdos transmitidos, já que estavam sendo veiculados por figuras que lhes eram significativas.

2.2. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A criação da Embrater, segundo Masselli (1998), esvaziou o apoio à família rural, caracterizando o período de atuação dessa instituição como mais “produtivista”, já que as ações passaram a ser mais dirigidas para produção agrícola propriamente dita.

O sistema de crédito, por exemplo, antes supervisionado, caracterizado pelo apoio técnico ao agricultor em todas as etapas da produção, passa a ser orientado, isto é, dirigido a um projeto produtivo específico. Assim, o crédito fica reduzido ao apoio financeiro à produção, já que o agricultor perde o acompanhamento constante do técnico no processo produtivo, o que em tese lhe garantiria mais qualidade ao trabalho.

Em 1960, segundo Fonseca (op. cit.), a ABCAR elaborou o seu Plano Quinquenal (1961-1965) cuja tarefa principal era ordenar o crescimento do sistema como um todo.

De acordo com a avaliação feita por esta autora o Plano mantinha, no que se refere à extensão rural, um discurso generalista comum da ideologia liberal, sem tratar dos problemas concretos. Continuava, então se propondo a assistir às populações rurais comprometidas com o desenvolvimento industrial, não considerando questões relacionadas à qualidade de vida dos agricultores e suas famílias.

É nesta época, lembra Fonseca (*ibid.*:168) que a sociedade brasileira intensifica a mobilização política de massas urbanas e rurais “reivindicando medidas que atendessem aos seus interesses imediatos: a reforma agrária, melhores salários, melhores condições de trabalho, sindicatos livres, etc.”. O governo respondeu a essas demandas pela contenção e controle das massas populares, em nome da manutenção da ordem econômica e social. Militares e tecnocratas tiveram papel fundamental, ficando os primeiros responsáveis pela segurança e os segundos pela modernização para garantir o desenvolvimento.

Como podemos entender das análises feitas por Fonseca (op. cit.), essa situação foi considerada como de modernização do aparelho estatal empenhada pela defesa de maior racionalidade no seu funcionamento. Essas mudanças atingiram concretamente a ABCAR em 1966, passando o Ministério da Agricultura a coordenar as atividades de

extensão rural em todo país e à ABCAR cabendo apenas o papel de executar as atividades.

Acompanham tais mudanças, alterações também no conceito de educação e na clientela da extensão rural. O conceito de educação, como discute aquela autora passa a ser baseado na concepção da “teoria do capital humano” de enfoque mais econômico. Ênfase é dada na capacitação de cada agricultor (e não de uma coletividade), aprimorando seus conhecimentos e habilidades para o trabalho agrícola. Já que a ação educativa não era mais o foco, deixam de ser prioridades a assistência a trabalhos comunitários e o crédito supervisionado, ações agora identificadas como sistema tradicional de trabalho e, portanto, incoerentes com a proposta de modernização.

Essas mudanças levaram a alterações também na clientela da extensão rural, que passou a ser composta tanto de pequenos e médios produtores, quanto de meeiros e assalariados e até grandes empresários, envolvendo, portanto, todos os possíveis produtores rurais que deviam ser mobilizados para o trabalho de modernização da sociedade brasileira. Fonseca (*ibid.*: 177) sintetiza que a proposta modernizante se compromete em provocar “mudanças profundas nas formas de organização da produção e da sociedade agrária”.

Este é o ideário de modernização da agricultura posto em curso já desde 1965, segundo Fonseca (*op. cit.*), pelo modelo “produtivista” de desenvolvimento rural. A agricultura passa a ser considerada como novo mercado para produtos industrializados. Assim o crédito agrícola, por exemplo, “elegia” algumas regiões, produtos e produtores como destinatários de seus investimentos, vinculando a agricultura ao sistema financeiro nacional.

A corrida à modernização explicitou o esgotamento do sistema ABCAR e sua impossibilidade de atender essa demanda, já que o referido sistema fora construído e se

identificava com os trabalhos de extensão rural baseados no modelo difusionista-inovador totalmente esvaziado no novo cenário político-econômico brasileiro. O Estado se apresentaria, então, com suporte financeiro e institucional para atender à modernização e funda a Embrater em 1974, cujos objetivos eram: a melhoria das condições de vida das populações rurais e o aumento da produção de alimentos, matérias-primas, tanto para o mercado interno, quanto para a exportação, reflete Fonseca (op. cit.).

Para operacionalização desses objetivos, contava-se com o “processo pelo qual o conhecimento agrônomo, social e político é transmitido das fontes geradoras aos usuários finais” (Fonseca, *ibid.*:180).

A relação entre técnico e agricultor de acordo com a *assistência técnica* é mais dirigida às questões objetivas da produção. Mais uma vez uma hierarquia a representa, sendo o agricultor aquele a quem *faltam* informações, conhecimentos e o técnico aquele que os têm. Se bem que neste período da história da Ater, esta relação parece estar a serviço de interesses mais econômicos e não “sociais” como no período anterior, Fonseca (op. cit.) considera que em ambos os períodos os serviços estiveram comprometidos com a manutenção da lógica do capitalismo, entendida por ela como lógica da reprodução das contradições entre capital e trabalho no campo.

Se por um lado, o modelo *produtivista* garantiu o avanço brasileiro na produção de grãos, por outro parece ter negligenciado tanto as condições de vida das populações rurais, quanto às condições dos recursos naturais. Promoveu, por exemplo, o aumento da rentabilidade dos produtores, principalmente daqueles que antes de receber assistência técnica tinham baixo nível tecnológico (Dias, 1975). Mas, reforçou a divisão social, privilegiando atender muito mais empresas e latifúndios do que minifúndios e pequenos produtores (Gonçalves Neto, 1997).

Sendo gestado na idéia de modernização agrícola, este modelo começa a entrar em crise nos anos 80 do século passado. Três dimensões expressam esta crise, de acordo com Lamarche, citado por Wanderley (2000). A primeira de ordem econômica, ao defender a superprodução promoveu a concentração do desenvolvimento em áreas favoráveis às trocas comerciais, excluindo então outras áreas. A segunda, social, reduziu a necessidade da força de trabalho devido ao uso de equipamentos industriais, expulsando do campo para a cidade um grande contingente de pessoas, aumentando as taxas de desemprego. A terceira, ambiental, caracterizada pelo uso desordenado de defensivos químicos promoveu o desgaste de recursos naturais fragilizando o meio ambiente.

2.3. AS ABORDAGENS PARTICIPATIVAS

Em ambas abordagens apresentadas acima, a relação entre técnico e agricultor era baseada na superioridade do primeiro como o que detém o saber e a dependência do segundo como aquele que vai receber as orientações adequadas para o aprimoramento de seu trabalho. Essa situação parece repetir a relação de dependência que tem sido historicamente vivenciada pelas populações rurais no Brasil e, assim, pode estar contribuindo para a manutenção da realidade de exclusão destas populações.

As críticas a esta abordagem excludente de apoio às famílias rurais orientaram os rumos que tem tomado a *Ater* a partir dos anos 1980. A Embrater inicia neste período reflexões e revisões das funções de *Ater*, na gestão de Romeu Padilha de Figueiredo, que em sua proposta de reestruturação desse órgão, defendia como princípios: “que a sociedade está organizada segundo uma ordem historicamente determinada; que a realidade é contraditória, com interesses de classes conflitantes; e

que os agricultores, possuidores de saber, deveriam ser reconhecidos econômica, social e politicamente” (Masselli, 1998:18).

Às funções da *Ater*, de transmissão, difusão de conhecimento e orientações de economia doméstica, somam-se outras: assessoria a decisões ligadas ao processo produtivo, gerenciamento da unidade agrícola, assessoria nos assuntos ligados ao associativismo e à organização rural, defendidas por Figueiredo (1987).

Essa revisão dos propósitos da *Ater* e de sua função social é coerente com as críticas dirigidas às abordagens anteriores e os novos rumos que vai tomando, com um perfil de apoio às famílias rurais, considerando a complexidade da realidade rural, procurando escapar de uma intervenção ora apenas tecnicista, ora apenas educativa. A dimensão política da organização social e as relações sociais das comunidades rurais ganham relevo nas novas experiências de *Ater*.

Por um lado, Fonseca (1985:183) numa análise macrosocial denuncia em seu estudo que a extensão rural no Brasil esteve muito mais a serviço do desenvolvimento do capitalismo que do apoio aos pequenos produtores. A autora conclui que o projeto educativo para a zona rural nos vinte anos por ela estudados (1948-1968) atendeu à exigência da lógica do capital, tornando-se

“Um instrumento da reprodução das contradições capital x trabalho no campo, pela ampliação da divisão social e técnica do trabalho neste setor, que necessariamente levaria à expropriação do saber e do trabalho de uma maioria, para que ficasse garantido o domínio e o lucro de uma minoria. Este foi, então, o sentido do movimento histórico-concreto que se revelou na e pela prática extensionista”.

Por outro lado, Paulo Freire (1977) analisando com mais ênfase questões microsociais, denuncia a incoerência em se nomear *extensionista* um projeto educativo, já que “extensão” explicita uma noção mecanicista que não é útil para se tratar de educação. Defende que o ser humano é ser da práxis (ação e reflexão). Não se

alcança aprendizagem supondo uma relação de superioridade na qual alguém (técnico) *estende* conhecimentos a quem não os possui (agricultor).

Este tipo de relação que o projeto extensionista impõe é considerada por Freire (op. cit.) como anti-dialógica e, assim, não contribui para uma adequada comunicação entre técnico e agricultor, condição para se gerar a troca de conhecimentos entre eles e a instalação do efetivo processo de aprendizagem.

De acordo com a leitura que fizemos das reflexões de Freire (op. cit.), os técnicos ao defenderem a abordagem extensionista, terminam por reproduzir práticas que em nada são educativas, como a invasão cultural, a manipulação e a inviabilidade do diálogo, diante de suas dificuldades em lidar com um processo tão complexo como é o de conhecimento, base das ações extensionistas. Para este autor, as inquietações do técnico com relação ao ato de conhecer levam-no a uma atitude de *manipulação*, impondo “conhecimento” aos agricultores, num exercício de *invasão cultural*, já que têm dificuldades de considerar o “saber” dos agricultores. A *inviabilidade do diálogo*, por sua vez, representaria a racionalização dos técnicos diante do “medo do diálogo”. Ao justificarem que o diálogo é inviável e a problematização dos conteúdos (científicos ou técnicos) é impossível de ser feita com os agricultores, os técnicos se eximem da difícil tarefa de trabalhar efetivamente na produção de conhecimentos, na aprendizagem dos agricultores.

Somem-se a estas críticas, as dirigidas à formação de recursos humanos para a extensão rural. Leal e Braga (1997), analisaram a história do ensino de extensão rural no Brasil em cursos de agronomia e veterinária. Os autores identificaram como demanda para a inclusão da disciplina de *extensão rural* nos referidos cursos, o desenvolvimento agrícola e capitalista de interesse do Estado. De acordo com o levantamento que fizeram, os autores demonstraram que os conteúdos e o perfil dessa

disciplina alteravam ao longo do tempo, de acordo com os interesses que o setor agrícola defendia. Assim, identificaram vários perfis do “extensionista esperado” que orientaram a formação de agrônomos e veterinários, em momentos distintos da história da Ater: “difusor de novas tecnologias”, “anunciador da modernização” e “organizador de comunidades rurais”.

Aquelas reflexões de Paulo Freire instituem um olhar diferenciado para o agricultor e sua condição de submissão induzida pelos serviços de Ater. A partir de suas reflexões é esperado que as metodologias considerem os agricultores como *sujeitos* e não *objeto* da intervenção dos técnicos. Assim, as mudanças em benefício dos agricultores devem considerar como estes conhecem sua realidade e como é possível para eles transformá-la. De acordo com Freire (*ibid.*: 36), tal tarefa é alcançada a partir da conscientização dos agricultores que vai lhes permitir “se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo. Essa apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens. O de serem sujeitos da transformação do mundo, com o qual se humanizam”.

Tanto a análise das implicações macrosociais da Ater feitas por Fonseca (1985), quanto a das implicações microsociais feitas por Freire (1977), descrevem um quadro no qual a mudança da situação de dependência e submissão dos agricultores exige que esses apreendam a sua realidade de modo crítico, inclusive reconhecendo os determinantes de sua condição.

2.4. O DEBATE RECENTE SOBRE A ÁTER

O processo de (re) democratização do país, em marcha desde a década de 1980, tem apontado para um novo quadro no que se refere aos serviços de Ater. Por um lado, movimentos sociais e sindicais rurais identificados com mudanças efetivas a favor de

melhorias na qualidade de vida das populações rurais, têm assumido funções de apoio à agricultura familiar coerentes com perspectiva de emancipação dessas populações. Assim, têm ocupado o “lugar” tradicionalmente assumido pelo Estado de prestação de serviços de *Ater*. A década de 1990 assiste ao “desmantelamento” desses serviços no Brasil. A extinção do sistema Embrater, em 1990, pelo governo Collor, desmonta o programa em nível nacional. Cada unidade federativa passa a definir o formato institucional e o modo de manter os serviços de *Ater* no Estado.

Um Workshop Nacional (1997) reunindo técnicos e extensionistas do antigo sistema Embrater, hoje articulados em sindicatos, cooperativas, associações, numa promoção conjunta de organismos governamentais, sindicais, associações de profissionais, dentre outros¹⁶. Apesar do esforço, o Workshop parece não ter alcançado o impacto esperado, já que em março de 2002, a *Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil - Faser* organizou o Seminário Nacional: Decidindo a Política de Extensão Rural para o Brasil (Faser, 2000), com objetivo principal de retomar as decisões do Workshop de 1997 e avançar na defesa da Extensão Rural pública de apoio à Agricultura Familiar.

A participação no encontro de 2002 possibilitou um contato mais direto com o público de extensionistas cujas impressões gerais são de que interesses corporativistas motivam esse público para tratar de uma política nacional de extensão rural para o país. Durante o encontro foi visível a constante referência à imagem positiva do extensionista como o “desbravador”, o que atingiria todos os cantos do país, imprescindível, então em qualquer programa de desenvolvimento. Uma reflexão mais

¹⁶ O Workshop Nacional foi promovido pelas seguintes entidades: ASBRAER; CONTAG; FASER; FAO; MAPA; PNUD.

crítica desses sinais sugere que eles sejam indicadores de uma problemática mais complexa cujo corporativismo é sintoma da fragilidade a qual essa categoria profissional foi exposta quando do “desmantelamento” dos serviços de Ater no país. A hipótese de Aécio Gomes de Matos¹⁷ é que o governo Collor completa, ao acabar com o sistema nacional de Ater, um trabalho iniciado pelos governos militares, que não aceitavam a existência de uma rede nacional que não fosse subordinada a eles.

Ainda em 1996, o governo brasileiro através do Ministério do Desenvolvimento Agrário formula o Projeto Lumiar para apoio aos assentamentos de reforma agrária no país (MDA/INCRA, 2001). O Lumiar é considerado a última experiência oficial de alcance nacional no que se refere à assistência técnica e extensão rural e foi executado pelo Incra.

O desenho institucional previsto pelo Lumiar reunia governo, movimentos sindicais e sociais de trabalhadores rurais, associações de trabalhadores rurais, universidades e cooperativas de técnicos, inaugurando na história da *Ater* no Brasil, o capítulo da ampla participação e articulação de entidades com objetivos coincidentes de promoção de desenvolvimento rural e melhoria de qualidade de vida de famílias de agricultores.

Destacam-se como princípios do Projeto: descentralização da gestão; a exigência do caráter participativo, privilegiando a participação dos assentados nas decisões; e construção/fortalecimento da autonomia dos assentamentos. O Lumiar merece destaque por seu caráter inovador de privilegiar a gestão do trabalho de produção e controle da intervenção, por parte das próprias famílias assentadas. Contrário, portanto, à história de submissão que tem orientado outras ações públicas de apoio às populações rurais.

¹⁷ Em revisão deste texto de dissertação em janeiro de 2003.

Entretanto, a execução das ações previstas no Lumiar encontrou alguns entraves, de acordo com avaliação coordenada por Marinho (1999):

- A gestão do Projeto encontrou dificuldades expressas em alguns estados, por exemplo, pela desconfiança que os movimentos sociais e sindicais mantinham do governo no encaminhamento das ações;
- Técnicos do Incra e do Lumiar conviviam com freqüentes conflitos. Os do Incra se sentiam ameaçados pelos do Lumiar. O Lumiar de forma geral era questionado em sua existência; era considerado “um Incra dentro do Incra”;
- A falta de avaliação e acompanhamento das prestadoras de serviço (cooperativas de técnicos) levou a uma diversidade de orientações metodológicas que às vezes eram conflitantes com a concepção do Lumiar;
- A baixa participação das organizações de assentados na gestão do Projeto não garantiu a participação efetiva prevista.

Na avaliação dos autores, a proposta do Lumiar é adequada, mas de execução muito complexa, por isso os entraves e dissonâncias identificados. Eles reconhecem que a proposta toca na questão central do “poder” nos serviços de Ater, mas lembram que este não pode ser considerado como mera mercadoria. Enfim, Marinho e colaboradores (*ibid.*: 111-112) concluem que

“A interpretação ingênua das estratégias participativas no processo de desenvolvimento leva ao ‘populismo participativo’, que é a simplificação analítica dos processos complexos que decorrem das relações de poder entre os próprios assentados, os agentes de assistência (detentores do conhecimento técnico) e o poder do Estado, representado, no caso, pelo INCRA. A questão é sobre como *dar poder* a protagonistas sociais que têm permanecido em último lugar nos processos de desenvolvimento rural” (grifos meus).

O desafio que se destaca como de primeiro plano nas abordagens participativas parece ser justamente o de promover mudanças a partir da intervenção na organização social, nos coletivos de agricultores, na perspectiva de instituir o exercício do poder por parte dessas populações, em defesa de seus próprios interesses.

Consideramos que foi tentando vencer este desafio que foram propostas várias Metodologias de Intervenção¹⁸ para o mundo rural nos últimos anos. A unidade agrícola passa a ser considerada em suas diversas dimensões: política, econômica, social, ambiental, etc. Da idéia de difusão de conhecimentos para o agricultor e sua família, nos dirigimos para pensar a unidade agrícola como organização social. Assim, o apoio dirigido à agricultura familiar tem como tarefa cada vez mais considerar a complexidade que a envolve.

De forma geral a tendência dessas novas tentativas de promoção do apoio à agricultura familiar é trabalhar com princípios humanistas de garantia de participação dos agricultores nas decisões e respeito ao saber local, coerente, assim, com as críticas inicialmente feitas por Paulo Freire à extensão rural.

É importante registrar uma síntese das metodologias de organização social encontradas na atualidade, construída durante os trabalhos ocorridos no *Atelier Metodologias de Organização Social*¹⁹. Foram identificados quatro modelos básicos, apresentados aqui segundo o grau crescente de complexidade que procuram incorporar em suas ações, de acordo com Matos (2001):

¹⁸ Como por exemplo, Gespar, Itog, Inpa, adotadas pelo governo; e as trabalhadas pelos movimentos sociais ou ONG's, como Laboratório de Cooperação (Assocene), o Método de Organização do MST, as Oficinas de Desenvolvimento Local Sustentável da Contag, dentre outras.

¹⁹ O *Atelier* ocorreu em novembro de 2000 em Recife-PE, como esforço de várias entidades: MDA, IICA, NEAD, PPGS/UFPE reunindo pesquisadores; agentes financeiros de apoio à agricultura familiar; representantes do movimento sindical dos trabalhadores rurais no Brasil; agentes de desenvolvimento comunitários, dentre outros. Estiveram representadas diversas instituições: UFPE, Contag, Assocene, Acra, Popular Coalition, Université Paris VII, Pronaf, Nead, MDA, FAO, FIDA, IICA, Impatiences Democratiques, PNUD, INCRA, USP, MOC, CIRAD, CNDRS, Universidad de Chapingo.

- O **modelo clássico** de assistência técnica é caracterizado por uma abordagem unidimensional do apoio ao mundo rural, com foco nas tecnologias de produção e privilegiando técnicas racionais de planejamento. Defende o uso de orientações técnicas de caráter gerencial e a difusão de hábitos culturais, geralmente os ligados à higiene, saúde e organização social coletiva.
- O **modelo antropológico** de valorização do saber nativo em oposição ao colonialismo cultural imposto pelos programas de modernização. Defende a preservação de saberes locais e o engajamento da comunidade facilitado pela coerência cultural.
- O **modelo sócio – técnico** que a partir das limitações do modelo clássico defende a garantia da participação nas decisões, através dos coletivos comunitários, geralmente pelo uso do voto da maioria. Destaca-se neste modelo a presença de lideranças fortes que assumem a função de coordenação dos processos de discussão e de tomada de decisões nos grupos.
- O **modelo psicossocial** investe na formação de sujeitos sociais autônomos que assumam seus próprios objetivos e conduzam os processos que envolvem a vida na coletividade. Consideram a explicitação dos desejos, as contradições e a negociação de mediações coletivas como estratégia de sustentabilidade da organização social. Trata, assim, com maior nível de complexidade a organização social e, portanto, parece contribuir mais efetivamente para o seu fortalecimento.

É interessante notarmos a alternância entre a valorização do *conteúdo* e do *processo* nos modelos citados. Numa perspectiva, a atenção é dirigida para a transmissão de conhecimentos, informações, alterando assim os *conteúdos* com os

quais os agricultores lidam na execução de suas atividades de produção. Nesse caso, o *processo* envolvido é fundamentalmente o educativo, sendo dirigidos esforços na perspectiva de encontrar o mais adequado para garantir a transmissão com sucesso dos referidos conteúdos.

Noutra perspectiva, o foco é colocado nos *processos* que envolvem o agricultor, no contexto no qual se dá o seu trabalho. As mudanças são consideradas mais eficazes quando partindo da alteração da relação dos agricultores com outros e com instituições com as quais mantêm contatos. O agricultor e seu trabalho são considerados inseridos num contexto mais amplo e complexo. Os *conteúdos* passam ao segundo plano, articulados à dinâmica dos processos nos quais estão inseridos. A exigência de mudança desloca-se, assim, do indivíduo para o social; do agricultor, para a organização social da qual ele faz parte; da aprendizagem de práticas para a tomada de consciência da situação de opressão e submissão que estão na base da realidade em que vivem.

O capítulo seguinte retoma esse debate articulando-o à proposta de intervenção da ASA para o semi-árido, caracterizando os objetivos, orientações teóricas e metodológicas da pesquisa.

3. A DIMENSÃO POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA

A intervenção da ASA (2001: 15) é fundamentada na idéia de que o “grande drama semi-árido não são as fragilidades/vulnerabilidades físico ambientais (climáticas), mas sim as desordens de natureza política” que historicamente tem construído e mantido a dependência das populações da região. Ao considerar as dificuldades pelas quais passa o semi-árido como de ordem política, a ASA reinscreve a atenção para com a vida na região. Por um lado não reproduz um discurso de cobrança e queixa dirigido aos governos, discurso este que identifica o povo do semi-árido como dependente da atenção de políticos. Por outro lado, deixa de lado o discurso conformista que enfatiza a força do povo sertanejo diante da inevitável condição de viver na região, característica que o identifica como paciente, à espera de mudanças que lhes sejam satisfatórias, mantendo assim, a população também dependente.

Ao *articular* organizações que já trabalhavam por melhorias na qualidade de vida no semi-árido e propor alternativas efetivas de convivência com a região, a ASA inscreve a questão na perspectiva de alteração do quadro de dependência e de pobreza no qual tem vivido essas populações. A ASA considera que o próprio objeto de intervenção – a realidade semi-árida e sua população – possui alternativas para viabilizar uma mudança a favor de um desenvolvimento sustentável que privilegie melhoria na qualidade de vida de agricultores familiares da região, até então não considerado adequadamente pelas políticas dirigidas à área. Nesse sentido oferece-nos um campo de pesquisa privilegiado para o estudo da construção de autonomia de grupos historicamente excluídos.

De acordo com revisão bibliográfica feita por Guivant (1994: 67) sobre as pesquisas de sociologia rural no Brasil na perspectiva da sustentabilidade, há uma tendência em “utilizar um referencial empiricista e quantitativo, sem problematizar algumas questões teóricas ou sem explicitar os pressupostos assumidos sobre o ator social”. A autora chama de “ator social” os agricultores para os quais são dirigidas as intervenções. De forma geral, essas pesquisas, segundo a autora, tratam questões específicas sobre dificuldades e possibilidades de adoção e difusão da agricultura sustentável em termos locais e regionais.

Ao focalizarmos nossa pesquisa na dimensão política - espaço privilegiado de formação social - seguimos um dos caminhos proposto por Guivant (*ibid.*: 69), o de investigar sobre “os significados que orientam suas [dos atores sociais] práticas, o que é fundamental para o desenvolvimento de programas de intervenção”. No nosso estudo estamos considerando “ator social” tanto os agricultores como os profissionais que trabalham na perspectiva da *convivência com o semi-árido* como *projeto* de vida para região, aspecto que teremos ocasião de aprofundar adiante.

3.1. O POLÍTICO E A FORMAÇÃO SOCIAL

Segundo Castoriadis (1982), as classes e grupos sociais devem ser considerados participantes ativos na construção da sociedade²⁰, a partir do que ele chama de *projeto revolucionário* que é da ordem da política o que necessariamente nos leva não ao domínio do saber absoluto ou da técnica, mas ao do *fazer* que é a *práxis*.

Este autor define *práxis* como “este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do

²⁰ Sua premissa é fundamentada na crítica ao determinismo econômico marxista cuja tendência evolucionista e essencialista impõe às classes e grupos sociais posições e funções previamente definidas.

desenvolvimento de sua própria autonomia” (*ibid.*: 94) e a caracteriza como diferente da aplicação de um saber preliminar, já que é apoiada sobre um saber fragmentário e provisório. Fragmentário porque não pode haver teoria exaustiva do homem e da história e provisório porque a práxis faz surgir sempre um novo saber.

De acordo com Castoriadis (*ibid.*: 97), o *projeto revolucionário* tem como conteúdo “a organização e a reorientação da sociedade pela ação autônoma dos homens”. Nesse sentido, a idéia de transformação da sociedade considerada por este autor privilegia o fazer das classes e grupos sociais e defende o *projeto* como direção que orienta a práxis.

A participação de grupos e classes sociais na construção da sociedade é caracterizada pelo autor a partir do exercício da autonomia: “seria uma mudança fundamental (...), se me deixassem decidir, com todos os outros, o que tenho a fazer, e, com meus companheiros de trabalho, como fazê-lo” (*ibid.*: 113).

A partir da leitura que fizemos de Castoriadis (1982), entendemos que a idéia de que o *projeto revolucionário* se constitui como o projeto dos grupos e classes sociais parece repetir o equívoco que este autor critica no determinismo econômico das reflexões marxistas. Como relacionar a defesa de **um** projeto²¹ (o revolucionário) com a defesa da liberdade dos grupos e classes sociais em gerir com autonomia suas vidas e a realidade em que vivem? Além disso, a sociedade estaria “pronta” quando do seu funcionamento segundo o referido projeto?

Por analogia à argumentação de Castoriadis, poderíamos considerar o projeto da *convivência com o semi-árido* como a orientação adequada para a vida na região, já

Para ele a *luta de classes* “serve” ao determinismo econômico que não confere autonomia às classes fora do sistema capitalista.

²¹ Se bem que Castoriadis (1982) rejeita o fechamento e a totalidade do social ao defender a práxis como orientação para a construção do projeto revolucionário, defende-o com alternativo ao conflito

que, segundo caracterização que fizemos anteriormente²², “orienta a práxis” e valoriza a “ação autônoma dos homens” como elementos imprescindíveis na organização da realidade.

À primeira vista esse raciocínio parece *dar conta* do nosso esforço em considerar a formação social inscrita pela dimensão política. Entretanto, uma análise mais cuidadosa do raciocínio de Castoriadis nos aponta alguns problemas com que devemos nos defrontar. O primeiro deles refere-se à própria construção da sociedade a partir da dimensão política. O outro problema diz respeito à questão da autonomia dos sujeitos como forma de participação na construção da sociedade. Trataremos o primeiro problema neste item, e o segundo, no item seguinte.

Nossos questionamentos ao pensamento de Castoriadis são dirigidos à incoerência que nele identificamos de se considerar ao mesmo tempo a defesa da participação de grupos e classes sociais na formação da sociedade e a defesa **do projeto revolucionário** como **a** orientação que garantiria tal participação.

Compreendendo que a participação ativa dos sujeitos na construção da sociedade constitui uma referência adequada para tratarmos a formação social, buscamos nas reflexões de Laclau (1986; 1996; 1997) e de Laclau e Mouffe (1985), orientações teórico-metodológicas que consideramos adequadas para resolver o problema da construção da sociedade a partir da dimensão política. Esses autores organizam suas reflexões a partir do debate com o pensamento marxista e defendem uma concepção

produção x trabalho, caracterizado pela gestão operária da produção. Assim, reconhece a organização resultante do determinismo econômico que critica.

²² No Capítulo 1 dessa Dissertação.

*radicalmente política da sociedade*²³, aqui adotada como orientação para nossa pesquisa.

Laclau e Mouffe (1985) também criticam o determinismo econômico das propostas marxistas para se pensar a sociedade, que para eles caem no equívoco de considerá-la como uma construção que evolui por transições lógicas que se superam ao seu desenvolvimento. De acordo com esses autores, esta concepção além de essencialista supõe a plenitude da sociedade, alcançada nesse processo de superação de estágios por outros mais evoluídos.

Como lembram estes autores, teoricamente os conceitos de *mediação* e *dialética* fundamentam aquelas propostas e sugerem que ao invés de *contradição* que supõe tendência a fechamento, o social deva ser considerado pelo *antagonismo*²⁴.

A noção de *antagonismo* exprime a abertura do social, pois não lida com identidades plenas, mas justamente com a impossibilidade de constituição da plenitude, expressão da co-existência de objetos diferentes. A noção de antagonismo difere das noções de oposição e contradição:

“Em ambos os casos, é alguma coisa que os objetos *já são* que toma a relação inteligível. Isto é, em ambos os casos estamos lidando com identidades plenas. No caso da contradição, é porque A é *totalmente* A que não-ser-A é uma contradição – e portanto uma impossibilidade. No caso da oposição real, também é porque A é plenamente A que sua relação com B produz um efeito objetivamente determinável. Mas no caso do antagonismo, nos deparamos com uma situação diferente: a presença do ‘Outro’ me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação advém não das totalidades plenas, mas da impossibilidade de sua constituição”²⁵ (*ibid.*: 37).

²³ Para maiores detalhes, ver o artigo de Laclau (1997) sobre o debate universalismo/particularismo presente da teoria e agenda política desde a antiguidade, e que na atualidade institui uma situação limitada pela oposição modernidade x pós-modernidade, diante da qual, a concepção *radicalmente política* se apresenta como alternativa.

²⁴ A confusão que marxistas fazem entre contradição e antagonismo já fora apontada por Colletti (apud. Laclau e Mouffe, 1985).

²⁵ Tradução livre de Joanildo A. Burity; Aécio Amaral Júnior e Josias de Paula Júnior.

Os citados autores trazem para esta discussão o importante conceito de *sobredeterminação* com o qual têm trabalhado as orientações marxistas. Tal conceito, originalmente oriundo da psicanálise e da lingüística, é considerado por estes autores como fundamental para se pensar a formação social, sobretudo por seu caráter simbólico e sua lógica segundo a qual é impossível fixar identidades dos objetos, ao contrário, o sentido da identidade é *sobredeterminado* pela presença de alguns objetos nos outros.

O equívoco no qual caíram os marxistas, segundo Laclau e Mouffe (*ibid.*), neste ponto, foi o de supor um horizonte determinando a realidade. Esses autores argumentam, por exemplo, que todo esforço de Althusser em criticar a economia como objeto universal abstrato determinante da realidade, não o impediu de também repetir o equívoco de buscar um objeto universal determinando a realidade ao propor as *condições de existência*.

Apoiados nestas reflexões, esses autores orientam suas discussões sobre a formação social, na idéia de *articulação*, que segundo eles, é coerente com a lógica de *sobredeterminação*, já que se define como qualquer prática que estabeleça relação entre elementos, de modo que sua própria identidade seja modificada como consequência da prática articulatória. O conceito de *articulação* é apresentado em oposição ao de *mediação*, que necessariamente cai no equívoco de supor trocas parciais que se superam numa perspectiva evolucionista.

De acordo com esses autores, o *discurso* é o “terreno” onde se dá a formação social, isto é, a construção de sentidos para o social. É definido como a totalidade estruturada resultante da prática articulatória e é regido por alguns princípios: a) quanto à coerência, o discurso é um conjunto de posições diferenciadas que se articulam; b) quanto às dimensões e extensões, o discurso envolve práticas discursivas

e não-discursivas; c) quanto à sua abertura ou fechamento, o discurso se caracteriza pela contingência, nunca podendo ser considerado como uma positividade dada e delimitada. Neste ponto do debate sobre a noção de discurso os referidos autores nos alertam para os riscos de se cair na dicotomia racionalismo x empiricismo, tendência das abordagens clássicas marxistas.

Como apresentamos, o antagonismo, a sobredeterminação, a articulação e o discurso compõem o quadro conceitual no qual se insere a proposta que estamos tomando como orientadora de nossa pesquisa.

Conforme compreendemos na leitura que fizemos de Laclau (1996), a *concepção radicalmente política* inscreve o social como um *vazio*, uma *falta*, que ele chama de *indecidibilidade estrutural*, a ser preenchida por conexões, necessariamente contingentes, entre elementos disponíveis no campo discursivo do debate político. Ora, se consideramos o social como uma abertura e a ausência de identidade plena dos objetos que o compõe, a dinâmica da formação do social não se dá por determinismos, mas pela pluralidade de possibilidades de articulações entre os elementos que o constituem. A idéia de um vazio estrutural constitutivo do social alarga o campo de decisão política expandindo as possibilidades de sentidos para o social, já que qualquer conteúdo pode “preencher” o vazio da estrutura.

Nesse sentido, ao pensarmos sobre a *vida no semi-árido*, estamos necessariamente diante de um vazio que demanda ser significado. Ela se define como uma realidade social aberta, cujos sentidos referidos a ela, expressam articulações contingentes entre objetos que a compõem. Poderíamos elencar dentre outros, alguns desses objetos: a seca, as práticas produtivas, os valores dirigidos ao mundo rural e ao semi-árido, etc. De acordo com a *concepção radicalmente política* estes objetos articulados não têm uma identidade definida a priori, ou em si mesmos. Ao contrário, a

ausência de uma identidade plena é que possibilita a articulação entre eles e a construção de sentidos. A lógica, por exemplo, de que é preciso *combater a seca*, expressa um dos sentidos para a vida no semi-árido e a força com que tal lógica se impõe na definição de práticas e concepções, pode caracterizar sua hegemonia, inscrita na contingência.

O caráter contingente da prática articulatória caracteriza o conteúdo que confere sentido ao social a partir de duas funções: a de literalmente dar sentido à estrutura e a de preencher o vazio estrutural. Para Laclau (1996) essa é o que se poderia chamar de “forma geral da plenitude”, já que expressa uma abertura que garante à formação social uma dinâmica que rejeita definições *a priori*. Ao contrário, a falta no interior da estrutura a constitui por uma indecidibilidade, alargando o espaço político de decisão por conteúdos que a preencham. Esta noção de *indecidibilidade estrutural*, portanto, considera a participação dos sujeitos na construção de sentidos para o social, já que rejeita os determinismos macro-sociais.

O preenchimento do vazio estrutural, entretanto, não é absoluto. A demanda de superação do vazio toma qualquer conteúdo disponível no campo discursivo, possível de assumir tal tarefa. A decisão por **um** conteúdo, dentre outros, caracteriza o jogo hegemônico que organiza o social por articulações contingentes. Nesse sentido, a hegemonia indica o esforço do social em significar a falta no interior da estrutura, e não uma definição acabada do social.

Laclau (1996) exemplifica que a dimensão da falta (do vazio estrutural) num âmbito comunitário é vivida como privação, como desordem, desorganização que demanda, ela mesma, ser significada para além dos sentidos construídos a partir dos conteúdos “eleitos”. É como se a tarefa de preenchimento do vazio demandasse ser cumprida “independente” da escolha de conteúdos. Para tanto, defende este autor que

“a presença discursiva de significantes constitutivamente flutuantes” no social garante essa tarefa. Tais significantes, na verdade, se associam para conter a falta que desorganiza o social, mas em si, não esgotam a tarefa de eleger conteúdos. A articulação entre os conteúdos se dá segundo a *lógica da equivalência* de acordo com a qual os conteúdos mesmo *diferentes* entre si são articulados numa cadeia que os toma *equivalentes* no esforço de preencher a falta²⁶. Assim, ao considerarmos apenas os conteúdos reunidos em torno de um sentido não perceberemos a forma que eles assumem diante da tarefa de preencher a falta. Poderemos cair no equívoco de associar diretamente o conteúdo ao sentido, dando-lhes identidades especulares, o que não convém, já que estaríamos também “organizando” a desordem do vazio estrutural.

Para ilustrar seu argumento Laclau (1996: 19) toma o exemplo do discurso político inglês que afirma que o “Partido Trabalhista tem mais condições de assegurar a *unidade do povo britânico* do que o Conservador”. Na análise desse discurso, este autor explicita a presença de uma entidade (a unidade do povo britânico) qualitativamente diferente de outras duas (os trabalhistas e os conservadores). Por um lado, a unidade é algo que se busca atingir, que “não existe efetivamente, mas é o nome de uma plenitude ausente”. Por outro lado, o tipo de unidade que conservadores e trabalhistas propõem, é diferente, o que garante o debate político. Assim, a *unidade* é um significante flutuante, para o qual várias forças políticas dirigem conteúdos que lhe significam. Tais conteúdos/significados, entretanto, não são absolutos, já que isso

²⁶ Laclau ilustra bem a lógica da equivalência com o exemplo das pessoas que vivem próximo a uma catarata e passam a vida toda ouvindo o som da queda d’água como um pano de fundo do qual elas geralmente são inconscientes. Mas elas não escutam exatamente o barulho. Se algum dia a catarata parar de jorrar, as pessoas vão ouvir o que literalmente não se pode ouvir, o silêncio. E este, passa a ser interrompido por vários sons disponíveis no ambiente antes inaudíveis pela queda d’água. Esses vários ruídos têm uma identidade dividida: por um lado, são ruídos específicos, diferentes entre si, e por outro lado, são equivalentes na tarefa de *romper* o silêncio. “Os ruídos só são equivalentes por causa do silêncio; mas o silêncio só é audível como ausência de uma plenitude prévia” [o som da catarata]. (Laclau, 1996, p.19)

cessaria o debate político, por se encontrar o “verdadeiro sentido” da *unidade do povo britânico*. O caráter flutuante do significante *unidade* possibilita às forças políticas engendrar diversos conteúdos que são como *significantes vazios* cuja tarefa é preencher a falta estrutural da *unidade*.

Resta-nos explicitar a noção de discurso. Segundo Laclau e Mouffe (1985), o discurso é construído por diferenças que marcam a prática articulatória e fixam parcialmente os *elementos* disponíveis no campo discursivo a partir de *atos de identificação* dos sujeitos. Tais diferenças são como condensações de conteúdos. Estas posições diferenciais articuladas dentro de um discurso, são chamadas de *momento*, ou *pontos nodais*, isto é, pontos privilegiados que define um sentido dentre tantos possíveis. Os *momentos*, entretanto, são fixações parciais, já que a dinâmica social é aberta a novas significações. Em suma, *elementos* são diferenças ainda não articuladas discursivamente, como significantes flutuantes, que passam a dar sentido à realidade à medida que se fixam. A fixação parcial demarcando uma posição diferenciada de toda estrutura discursiva é chamada de *momento*. É importante destacar que a transição de elementos para momento nunca é completa e plena, sempre envolve elementos que escapam e se mantêm no campo discursivo como significantes flutuantes.

No caso de nossa pesquisa sobre a *vida no semi-árido*, cabe-nos identificar como se dá a dinâmica de seu preenchimento, isto é, quais conteúdos são articulados e constituem *momento*, de que *forma* eles se articulam e *fixam* sentidos para o vazio constitutivo da *vida no semi-árido*, objeto de nossas análises posteriores.

3.2. A AUTONOMIA E A FORMAÇÃO SOCIAL

Cabe-nos discutir agora o segundo problema que levantamos anteriormente, a questão da autonomia dos atores sociais no espaço político. O debate sobre autonomia

dos sujeitos nos demanda uma reflexão sobre “qual” sujeito estamos falando, ou melhor, como o concebemos.

A contribuição de Laclau (1986) para o tema é orientada por uma revisão nas ciências sociais, quanto à unidade que caracteriza os agentes. Para ele, o paradigma tradicional das ciências sociais concebe os agentes a partir do conceito de “classe social”, já que a *produção* é organizadora das relações sociais. Nesse sentido, “ser trabalhador” se constitui no referente máximo de identificação dos sujeitos.

A crítica de Laclau (1986) a esta formulação denuncia os equívocos em se considerar os sujeitos a partir do conceito de classe social, já que este: a) Determina a sua *identidade* condicionando-a a categorias da estrutura social; b) Caracteriza o *conflito* (entre as classes) por uma perspectiva diacrônica-evolucionista; c) Reduz o conflito a um “espaço político unificado”, cuja presença dos agentes tem sido concebida como uma *representação de interesses*.

Segundo Laclau (1986) os novos movimentos sociais gestados a partir de 1960 em todo mundo rompem com esses aspectos, exigindo uma nova concepção de sujeito. As mobilizações populares na América Latina a partir de 1960²⁷ fazem diversas reivindicações, expressão de uma pluralidade que, por conseguinte, explicita vários espaços políticos.

Esse novo quadro de pluralidade do político, de acordo com Laclau (*ibid.*: 43), rejeita por um lado, a referência ao sujeito enquanto unidade, o que levaria a reconhecê-lo como portador de uma identidade definida. Por outro lado, se apóia num dos maiores avanços nas ciências sociais nos últimos anos, o de “ruptura com a

²⁷ As sociedades da América Latina, segundo Laclau, demonstram uma nova tendência na experiência da democracia, a partir dos trabalhos desenvolvidos por movimentos sociais. Para maior aprofundamento, ver argumentação do autor sobre como os movimentos sociais em suas exigências múltiplas, rejeitam o imaginário político *liberal* e o imaginário *populista* (Laclau, 1986).

categoria de 'sujeito' enquanto unidade racional e transparente que transmitisse um significado homogêneo para o campo total da conduta do indivíduo, sendo a fonte de suas ações"²⁸. Esse quadro, segundo a leitura que fizemos de Laclau, põe em questão, portanto, a unidade do sujeito.

Como alternativa à noção de orientação marxista que considera o sujeito definido a partir da classe social, Laclau (op. cit.) propõe a noção de *posições de sujeito*, que para ele é coerente com a descentralização que está na base das críticas àquela noção clássica. É nesse sentido que o autor argumenta que a pluralidade de espaços políticos engendra diversas possibilidades de identificação dos sujeitos. Além de trabalhador, se é homem, mulher, habitante de determinada área, consumidor, membro de determinada religião, etc., o que sugere várias *posições de sujeito*.

Segundo a reflexão de Laclau (*ibid.*: 43) “*não há nenhuma relação prévia necessária* entre os discursos que formam o trabalhador, por exemplo, enquanto militante ou agente técnico no local de trabalho, e os discursos que determinam sua atitude com relação à política, à violência racial, ao sexismo e outras esferas nas quais o agente seja ativo”.

As relações entre as várias posições de sujeito têm caráter contingencial, sem predeterminação alguma, cujos conteúdos são como “significantes flutuantes” que mantém esse sistema aberto e ambíguo, no qual os sentidos são parcialmente fixados pela *decisão* de se “escolher” um significante dentre os outros disponíveis.

Por analogia ao processo de formação social, o processo de constituição do sujeito se dá pela *articulação* contingente entre as várias *posições*, que segundo Laclau

²⁸ A psicanálise foi a protagonista de tal ruptura, apesar do marxismo em sua origem reconhecer a existência de uma assimetria entre a conscientização efetiva dos agentes e a que deveria ser, segundo seus interesses históricos. Essa formulação do marxismo, entretanto, não foi perseguida, que ao contrário, formulou a noção de “interesses” que lhe é oposta (Laclau, 1986).

(*ibid.*: 43), cada uma delas é “organizada no âmbito de uma estrutura discursiva essencialmente instável, já que está sujeita a práticas articulatórias as quais, de pontos diferentes de partida, a subvertem e a transformam”.

Consideramos que o conceito de *posições de sujeito* nos permite investigar sobre as populações rurais do semi-árido pemambucano, garantindo a abertura metodológica importante para atender nosso objetivo de compreender as relações entre o discurso da convivência e a construção de autonomia dessas populações. Estamos tratando nossos entrevistados em suas pluralidades identificatórias cujas referências de sertanejo, homem, mulher, migrante, sindicalista, agricultor, técnico, não os define *a priori*, se não pela articulação delas e de tantas outras possíveis, não perceptíveis à primeira vista.

Nosso raciocínio demanda, nesse ponto, uma discussão sobre como se dão os *atos de identificação* entre os sujeitos e, por conseguinte, o processo de construção de sentidos para o social. Além disso, antecipamos que o debate sobre o processo de identificação está intrinsecamente relacionado ao processo de construção de autonomia.

Para compreendermos sobre o processo de identificação nos apoiaremos nas reflexões de Žižek (1992) a partir da contribuição psicanalítica lacaniana sobre a constituição do sujeito. Lacan fundamenta seu raciocínio em sua máxima de que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. Ele parte do princípio de que o sujeito é constituído por uma *falta* e a relação com as outras pessoas que lhes são significativas é o “cenário” da sua constituição. A tese de Lacan é que a relação entre significante e significado é um processo contingente de produção retroativa de significação. Quer dizer, é num “só-depois” em relação ao Outro que se dá a significação para o Sujeito. O Outro “fomece” significantes ao Sujeito, que por sua

vez, ao identificar-se com este material, consolida uma significação para si. Os processos de identificação, portanto, é que possibilitam ao Sujeito construir sua própria significação sempre em relação a Outro que lhe “oferece” significantes para esta tarefa.

Dois processos compõem a dinâmica de constituição do Sujeito, de acordo com Lacan, nos lembra Žižek (1992), o de identificação imaginária e o de identificação simbólica. Apesar da identificação simbólica suceder à imaginária, não se pode considerar uma evolução, no sentido da superação de fases, já que estamos lidando com a noção psicanalítica de sujeito, considerado necessariamente descentrado.

No processo de identificação imaginária é como se o sujeito acatasse os significantes do outro sem questionamentos já que adota para si referências oriundas do outro que ele adota como suas. É usual se tratar o sujeito e o outro com letras minúsculas demarcando com este recurso o quão primitivo é este processo de identificação.

O processo de identificação simbólica como um todo é constituído de vários processos específicos. Um deles é o do Sujeito tomar *para si* significantes do Outro e assumi-los quase como uma missão. O Sujeito tende a comportar-se na perspectiva de “atender” a tal missão, cumprindo-a a partir dos significantes que considera orientadores de sua vida, os do Outro. Esta aparente “colagem” que o Sujeito faz ao Outro além de garantir-lhe uma orientação em suas ações atende-o na sua necessidade de *preenchimento da falta*.

A idéia de incompletude e falta, com a qual o Sujeito é instado a conviver, leva-o à ilusão de que o Outro é completo e buscar nele os significantes que o completariam é uma tendência que “garante” a função do *preenchimento da falta*. Mas, enquanto “toma para si” significantes do Outro, o indivíduo não se insere como Sujeito

nas relações que estabelece. Ao contrário, ocupa o “lugar” de objeto; reproduz significações que não lhe representam.

Preso a esta necessidade, o sujeito evita o confronto com sua incompletude e foge da difícil tarefa de decidir, fazer escolhas diante de tantas possibilidades que, em última instância significa fugir da tarefa de ser Sujeito autônomo. Mas é na pergunta incessante “que queres de mim?” que dirige ao Outro, tentando “completá-lo”, (isto é, atendê-lo numa demanda que o sujeito fantasia ser dirigida para ele), que “algo” escapa ao Sujeito. Trata-se do contato com seu próprio desejo, com seus próprios significantes. Ao reconhecer que o Outro não é pleno, que ele não é completo, o Sujeito é lançado à fantasia, isto é, à projeção de seus desejos. Assim, depara-se com significantes que escaparam da nomeação do Outro, os significantes que são capazes de o representar enquanto Sujeito.

É nesta perspectiva que o Sujeito está apto a fornecer significantes genuínos para as relações sociais que estabelece e que pelo processo de articulação, contribuirão para a construção de sentidos para a realidade. Do contrário, o que o sujeito põe nas relações sociais são significantes do Outro, que não o significam e que apenas cumprem a função de lhe atenderem na demanda angustiada de preencher a falta que lhe é constitutiva. Insuficientes, portanto, para consolidar um projeto coletivo de construção social.

O *status* do Outro na construção da autonomia é paradoxal. Por um lado, contribui para significação do Sujeito, por outro lado, demanda do Sujeito um distanciamento necessário à sua inserção no campo simbólico. O Sujeito precisa lidar com o Outro como um *significante vazio* (referente da falta estrutural) o que lhe possibilitará o *deslizamento* constitutivo por conteúdos com os quais se identifica, que expostos na prática articulatória possibilitarão *atos de identificação*, material para

articulações hegemônicas contingentes. A partir desse processo de constituição do Sujeito diante de um Outro, se dá a construção da autonomia.

Na leitura que fizemos de Castoriadis (1982), entendemos que a função do Outro na construção da autonomia do sujeito é de oposição, exigindo do sujeito a substituição do discurso do Outro por seu próprio discurso. Avaliamos que tal formulação reivindica uma noção de sujeito pleno, completo quando da sua *libertação* do Outro. Sugerimos que este equívoco em Castoriadis decorre da ausência, em seus pressupostos, da *falta estrutural*.

O referencial teórico sobre a formação social no campo político e a construção da autonomia inscrita na relação do sujeito com o Outro, aqui trabalhado, indicou os caminhos da pesquisa na coleta, tratamento e análise dos dados.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo da nossa pesquisa foi o de analisar o processo de autonomia de atores sociais (agricultores e profissionais) envolvidos nos trabalhos da Articulação no Semi-Árido – ASA no Estado de Pernambuco, a partir da investigação dos sentidos construídos para a *vida no semi-árido*. A idéia central que orientou o trabalho foi a de que o discurso de *convivência com o semi-árido* se inscreve no campo político em que grupos sociais são considerados agentes ativos na construção da realidade.

Nesse sentido, a *convivência com o semi-árido* é tratada como projeto antagônico ao que historicamente tem orientado a vida na região semi-árida, o de *combate à seca*, que por sua vez, se sustenta na manutenção de dependência dos atores sociais.

Nossa metodologia caracteriza-se pela apreensão dos discursos que constroem sentidos para a vida no semi-árido, a partir de entrevistas com os participantes da pesquisa. Apresentaremos em seguida, os participantes da pesquisa e os procedimentos e instrumentos de coleta e análise dos dados.

4.1. OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

As primeiras entrevistas foram feitas com a coordenação da ASA em Pernambuco, com assessoria do movimento sindical rural no estado e com assessoria da ASA para todo Brasil. Em seguida a esta primeira fase, nosso problema era o de *quem ouvir* diante do grande número de organizações filiadas à ASA.

A compreensão inicial do funcionamento da ASA, a partir das primeiras entrevistas realizadas foi a de que o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais - PIMC é o Projeto

que consolida institucionalmente a ASA, no sentido de lhe dar um formato mínimo para administrá-lo. A ASA (2001) está organizada em micro-regiões responsáveis pela gerência dos trabalhos do PIMC. Cada uma delas é coordenada por uma Unidade Gestora – UG, que, por sua vez, articula várias Unidades Executoras – UE na referida micro-região. É importante destacar que a decisão sobre qual entidade deve assumir o papel de UG ou quais devem assumir o papel de UE apóia-se na trajetória da entidade e suas condições gerais de assumir tal tarefa. Uma ONG, um sindicato, uma organização religiosa, uma associação de trabalhadores ou uma cooperativa pode vir a assumir uma dessas funções. O esforço é em manter a articulação entre as entidades, que em tese garantirá o bom andamento dos trabalhos.

Como estratégia de coleta de dados para nossa pesquisa, definimos por contatar as Unidades Gestoras – UG's do PIMC no estado de Pernambuco. Das sete UG's existentes, entrevistamos atores ligados a seis delas, que abrangem as micro-regiões: Agreste Setentrional, Agreste Central, Agreste Meridional, Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão do Araripe. A opção por nos dirigirmos às Unidades Gestoras justifica-se no cuidado em reunir pessoas que atuam nas diversas micro-regiões do Estado. A expectativa era de que tal diversidade fornecesse a maior quantidade possível de material sobre o fenômeno investigado.

Os entrevistados se diferenciam entre si pelas *posições* que ocupam no contexto. Encontramos assessores, lideranças sindicais, lideranças comunitárias, agricultores, membros de organizações religiosas, ambientalistas, educativas, etc. Esta diversidade explicita a face articulatória do projeto da convivência que reúne uma pluralidade de sujeitos atuantes em diversos espaços políticos e os articula como semelhantes.

Nesse sentido, estamos considerando os entrevistados como atores sociais implicados com o projeto de *convivência com o semi-árido* não se constituindo objetivo de nosso estudo reunir conclusões sobre os participantes enquanto membros de grupos específicos (agricultores, técnicos, assessores, etc.). Evitar a caracterização dos entrevistados por aspectos estritamente funcionais garante a abertura com a qual nos propomos tratar nossa investigação. Reconhecemos que o projeto de *convivência com o semi-árido* põe “em suspenso” as categorias de técnico e agricultor, por exemplo, inclusive pela crítica à história de intervenção e de políticas para o desenvolvimento da região semi-árida brasileira, que tem as tratado como estanques e dissociadas. O contato com os participantes da pesquisa foi esclarecedor da pluralidade de *posições de sujeito* que interpela nossos entrevistados²⁹.

4.2. AS ENTREVISTAS

Foram realizadas 15 entrevistas com duração média de 40 minutos cada. A grande maioria das entrevistas foi individual, com exceção de duas delas em que estiveram presentes dois entrevistados, totalizando assim, 17 pessoas participando da pesquisa.

As entrevistas ocorreram no local de trabalho do entrevistado: a UG da qual faz parte ou sua área de morada e trabalho. Todas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

O contato com os informantes transcorreu em clima agradável, orientado pela perspectiva de que eles tinham algo importante a ser expresso, desconhecido da

²⁹ Um dos entrevistados se recusou à identificação como *técnico*, definindo-se como *educador*. Trata-se de um jovem agricultor que por seu envolvimento e dedicação nos programas de apicultura na região, foi convidado pela ONG a compor seu quadro funcional. No momento da entrevista, além de criador de abelhas, este entrevistado desenvolve trabalhos de sensibilização e capacitação de novos agricultores na prática da apicultura.

entrevistadora. A situação de diálogo, então foi condição para o bom andamento da entrevista. O cuidado inicial foi o de estabelecer uma boa relação com o entrevistado, deixando-o à vontade com o gravador, com a entrevistadora, enfim, com a situação de entrevista como um todo. A postura tomada diante dos entrevistados foi a de que eles desenvolviam algum trabalho no sentido de viabilizar a vida no semi-árido e nos interessava compreender este trabalho. Nossa postura, portanto, longe de ser *neutra*, caracterizou-se como *interessada*.

Trabalhamos com entrevista do tipo semi-estruturada com temas que orientaram a relação com o entrevistado, a saber: Vida no semi-árido; Desenvolvimento Rural; Articulação de organizações no semi-árido; Trabalhos de apoio ao semi-árido; Perspectivas para o semi-árido. Esse tipo de entrevista atendeu aos objetivos da pesquisa já que se caracteriza, segundo Triviños (1987:146) como “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”.

É importante esclarecer, contudo, que no momento da entrevista não nos guiava uma hipótese definida sobre determinado tema, por exemplo. O que orientava nossa postura investigativa era o esforço em seguir o discurso do entrevistado, na perspectiva de reunir a maior quantidade de conteúdos e relações entre eles, de acordo com os temas abordados.

Tínhamos a clareza que o trabalho posterior de tratamento e análise do material reunido indicaria as conexões entre os conteúdos. Assim, o material obtido em cada entrevista foi construído no diálogo entre entrevistadora e entrevistado e não devido a um roteiro prévio, preenchido na situação de entrevista, por exemplo. A situação da

entrevista foi considerada o momento por excelência de exposição do discurso do entrevistado, não apenas pelo fato de ser a ocasião em que este comunica os conteúdos, mas principalmente, pelo formato de relação que se estabelece: o entrevistado diante de um Outro é convocado a se expressar, expor suas idéias, pensamentos, opiniões.

Esta situação da relação com um Outro poderia suscitar também no entrevistado a tendência de agradar, atender às demandas do Outro. A instalação desse quadro não nos fomesceria o discurso do entrevistado, mas o discurso do Outro (da entrevistadora) refletido através da sua fala. Como recurso técnico para evitar esse risco, as entrevistas foram realizadas com procedimento de *atenção flutuante* emprestado da clínica psicanalítica formulado por Freud (1912), que recomenda:

“Consiste simplesmente em não dirigir o reparo para algo específico e em manter a mesma ‘atenção uniformemente suspensa’ (...) em face de tudo o que se escuta. Desta maneira, (...) evitamos um perigo que é inseparável do exercício da atenção deliberada. Pois assim que alguém deliberadamente concentra bastante a atenção, começa a selecionar o material que lhe é apresentado; um ponto fixar-se-á em sua mente com clareza particular e algum outro será, correspondentemente, negligenciado, e, ao fazer essa seleção, estará seguindo suas expectativas ou inclinações. Isto, contudo, é exatamente o que não deve ser feito. Ao efetuar a seleção, se seguir suas expectativas, estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe; e, se seguir as inclinações, certamente falsificará o que possa perceber. Não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado posteriormente”.

A *atenção flutuante* como técnica de escuta que orientou as entrevistas garantiu a adequada coleta dos dados, por manter a *atenção suspensa* para o que falavam os entrevistados. Escutar o entrevistado em tudo que ele tinha a comunicar, oferecendo-se como interlocutora interessada, constituiu o clima favorável para a expressão do material que ele oferecia aos assuntos abordados.

4.3. TRATAMENTO DOS DADOS

O esforço em orientar nossa escuta nas entrevistas pela *atenção flutuante*, foi mantido no modo de organizar o material reunido. Quer dizer, não nos dirigimos aos dados “seleccionando” conteúdos que nos apontassem análises. O processo de tratamento dos dados envolveu três etapas.

A primeira etapa consistiu em reorganizar as falas dos entrevistados considerando o referencial teórico que orientou nossas reflexões sobre a formação social e a construção da autonomia. Nesse sentido, os temas abordados nas entrevistas não se constituíam por si só, significados da realidade investigada. Entendemos que era preciso considerar a fala dos entrevistados como inscritas na *prática articulatória* que organiza a realidade. Assim, classificamos o material das entrevistas nessa primeira etapa, em quatro categorias, independente dos conteúdos que comunicavam:

- 1) **Realidade dada:** agrupamos nesta categoria falas referidas à realidade constatada, a aspectos da realidade tal como ela se impõe aos entrevistados. O material reunido nesta categoria é indicativo de sentidos já consolidados para a vida no semi-árido, presentes no campo discursivo.
- 2) **Realidade desejada:** reunimos nesta categoria as falas dirigidas a uma realidade experimentada, programada ou sonhada, portanto, *nova*, diferenciada daquela realidade dada. O material obtido nesta categoria nos indicou a construção de novos sentidos para a vida no semi-árido.
- 3) **Outro:** nesta categoria agrupamos as falas sobre aspectos externos utilizados como referência pelos entrevistados, sejam pessoas, situações, organizações. Este material foi considerado como indicador da identificação imaginária, e,

portanto, da limitação dos entrevistados em *repetir* sentidos que não os possibilita a construção da autonomia.

- 4) **Identificação:** as falas reunidas nesta categoria se referiram a aspectos que articulavam os entrevistados em torno de *objetos* partilhados por eles. Este material foi tratado como indicativo da identificação simbólica e do processo de construção da autonomia.

Essa primeira organização do material possibilitou a apreensão da forma que assume a construção de sentidos para a realidade, considerando os atores sociais como participantes ativos na formação social³⁰.

A categorização foi feita a partir da segmentação das entrevistas, de modo que para cada entrevista tínhamos quatro conjuntos de falas. Cada fala categorizada foi identificada, no final dela, pelo número da entrevista e o número da página em que se encontrava, com o objetivo de manter uma organização do material.

O instrumento utilizado para segmentação das entrevistas foi o Programa *Word* de edição de textos da Microsoft, a partir de seus recursos de formatação e classificação de textos, como já utilizado por Matos (1999).

Após a categorização das 15 entrevistas, todo material classificado foi reunido num único documento e organizado por categorias. Estávamos assim, diante de um volume de quase 100 páginas. Em seguida, separamos esse material por categoria, em quatro arquivos distintos.

A segunda etapa do tratamento dos dados consistiu em nova categorização, a partir das falas já ordenadas na primeira etapa. Para tanto, definimos cinco temas, após

³⁰ É importante conferir o modelo de análise proposto por Remo Mutzenberg (2002) em sua tese de doutorado, que ao investigar a noção de direitos em “grupos de saúde popular”, focaliza também o discurso, identificando ações que ele chama de *aderência*, *conflito* e de manifestação de *antagonismo* em relação ao processo hegemônico.

leitura flutuante das entrevistas na íntegra, em que reunimos inicialmente impressões gerais dos conteúdos presentes em todo material. Leituras posteriores possibilitaram a definição dos cinco temas. Para realização desse procedimento, seguimos as orientações de Bardin (1991) sobre análise de conteúdo.

Apresentamos abaixo os cinco temas que orientaram a segunda categorização:

- A) **Desenvolvimento Rural / Recursos Naturais:** agrupamos nesta categoria as falas referentes aos aspectos ambientais, ao manejo dos recursos naturais, as práticas produtivas e as referências aos modelos e às políticas de desenvolvimento rural.
- B) **Migração:** reunimos aqui as falas sobre saída e retorno ao local de origem.
- C) **Organizações e Agentes de Apoio:** foram agrupadas nesta categoria as falas sobre as organizações (ONG's, Sindicatos, Igreja e outras) e os técnicos que desenvolvem trabalhos de apoio aos agricultores familiares no semi-árido.
- D) **Organização para Convivência:** referências às experiências de convivência com o semi-árido em suas várias dimensões: relação com o meio ambiente, tecnologias de produção adaptadas à região semi-árida, processos de organização social e política para a convivência, etc., foram reunidas nesta categoria.
- E) **Sociedade Ideal:** aqui reunimos as falas que indicavam o projeto de sociedade desejado pelos entrevistados.

Com objetivo de esclarecer o processo de categorização, citamos o seguinte exemplo: o bloco de falas "1" (Realidade dada), obtido na primeira etapa, foi novamente categorizado na segunda etapa, resultando em cinco novos blocos (1A, 1B, 1C, 1D, 1E). O mesmo procedimento foi adotado para os outros três blocos de falas,

resultando de todo esse processo, 20 blocos de falas, articulando as quatro categorias da primeira etapa com as cinco categorias da segunda.

Lembramos que a segunda categorização das entrevistas permitiu a análise das articulações entre os conteúdos, indicativas da construção de *momentos*, e, por conseguinte, de sentidos para a vida no semi-árido, como teremos oportunidade de demonstrar na análise do material das entrevistas.

A terceira e última etapa do tratamento de dados teve início com a leitura dos blocos de falas organizados na segunda etapa da categorização. Em seguida, elaboramos sínteses provisórias dos 20 blocos de falas. Assim, por exemplo, para o tema *Desenvolvimento Rural/Recursos Naturais - DR*, elaboramos quatro conjuntos de sínteses: 1º) DR n realidade dada; 2º) DR n realidade desejada; 3º) DR n Outro; 4º) DR n identificação.

4.4. ANÁLISE DOS DADOS

A leitura das sínteses provisórias elaboradas na terceira etapa do tratamento dos dados deu início ao processo de análise. O trabalho nesta etapa da pesquisa foi o de identificar os sentidos construídos na prática articulatória para o significante *vida no semi-árido*. Lembramos que o significante tem caráter *flutuante*, não possuindo uma significação *a priori*, mas sim, inscrito por uma falta estrutural cuja abertura possibilita ao jogo de forças no campo político “eleger” conteúdos (significantes vazios) que lhe dê sentido. Tais conteúdos, por sua vez, ao se articularem no *momento* guardam dupla identidade: são diferentes entre si, e semelhantes na tarefa de preencher a falta a partir da *lógica da equivalência*.

O trabalho de análise identificou dois *momentos* (pontos nodais) e a cadeia de conteúdos (significantes vazios) articulada em cada momento. Um expressa o sentido:

é impossível viver e trabalhar no semi-árido; outro exprime o sentido: *é possível conviver com o semi-árido*. O quadro abaixo apresenta de modo sintético a orientação analítica que adotamos.

Falta estrutural	Constitutiva do social; inscrita por significantes flutuantes que caracterizam a indecidibilidade da estrutura.
Momentos (pontos nodais)	Diferenças que marcam a prática articulatória pela fixação parcial de sentidos.
Elementos	Diferenciação ainda não articulada discursivamente (como significantes flutuantes).
Conteúdos	Significantes vazios articulados em torno do momento pela lógica da equivalência.
Sentido	Significado parcial construído por atos de identificação dos sujeitos no espaço político.

Consta também nas análises a identificação de elementos referentes ao antagonismo social. É importante lembrar que o caráter antagônico da prática articulatória segundo a qual são constituídos os sentidos para o social, fornece-nos condições para analisarmos a questão da autonomia. O antagonismo garante a abertura necessária para que os sujeitos construam novos sentidos para o social, já que considera a realidade como aberta, inscrita pela *indecidibilidade estrutural* e os sujeitos como participantes ativos nesse processo, cujos atos de identificação que os articula “elege” novos conteúdos e sentidos para o social.

Assim, consideramos as falas dos entrevistados como expressão desse contexto complexo, cujos conteúdos evidenciam o “lugar” de onde eles falam, seja de confirmação e ratificação de um sentido existente, seja de construção de novos sentidos.

O cuidado em considerar essa complexidade foi o que orientou a categorização dos dados em duas etapas. O esforço em identificar de “onde” (1ª categorização) os

entrevistados comunicam os conteúdos (2ª categorização) forneceu-nos material para a análise da autonomia. Reunimos então, em cada *momento*, os conteúdos articulados resguardando o “lugar” de onde falam os entrevistados, discutindo essa articulação na perspectiva da construção da autonomia.

Para exemplificar o caráter *vazio* dos significantes, tomemos as possibilidades identificadas para o significante *seca* ao qual são associados diferentes significados de acordo com o “lugar” de onde são referidos e em qual cadeia de conteúdos é articulado:

- a) Seca como *inevitável* na referência à Realidade Dada.
- b) Seca como *fenômeno natural* que não dá pra combater, associada à Realidade Desejada.
- c) Seca como a que *expulsa* a população de seu local de origem, considerada como Outro.
- d) Seca como *característica da região semi-árida*, demandando um manejo adequado dos seus recursos naturais, como expressão de Identificação.

5. O SEMI-ÁRIDO: INVIABILIDADE E CONVIVÊNCIA

Neste capítulo tratamos da análise do material das entrevistas segundo as orientações teórico-metodológicas formuladas anteriormente. Lembramos que as análises foram dirigidas para a investigação dos sentidos para o significante *vida no semi-árido*. Para tanto, analisamos no material a articulação de conteúdos e sua fixação em dois *momentos (pontos nodais)* identificados: o primeiro apresenta o sentido de que o semi-árido é inviável e o segundo, de que o semi-árido é viável. Analisamos também elementos indicativos do antagonismo social. Acompanha as discussões desse material, a análise da construção de autonomia dos atores sociais.

O primeiro dos momentos identificados – *o semi-árido é inviável* -, articula diversos conteúdos cujo sentido – *é impossível viver e trabalhar no semi-árido* -, orienta concepções e práticas sobre a vida na região na perspectiva de combater a seca. O segundo momento – *o semi-árido é viável* – articula conteúdos em torno do sentido *é possível conviver com o semi-árido*, na perspectiva de promoção de desenvolvimento sustentável.

Os conteúdos articulados em cada *momento* identificado se referem a diversos temas: políticas de desenvolvimento rural; meio ambiente; práticas produtivas; intervenção rural; participação política; emprego e renda; projetos pessoais e coletivos, etc. Em cada um dos *momentos* os conteúdos assumem significados específicos, de acordo com o sentido que articulam, não se constituindo referentes absolutos da vida no semi-árido. Os conteúdos são como significantes vazios, cuja articulação entre eles, pela lógica da equivalência, explicita sua dupla identidade: são diferentes entre si, já que se referem a temas distintos, e são semelhantes na tarefa de significar a vida no semi-árido pelo *sentido* que constroem, preenchendo o vazio estrutural.

A análise específica dos dois *momentos* mostra-nos sua implicação na construção da autonomia dos atores sociais envolvidos, como teremos oportunidade de discutir.

5.1. O MOMENTO DA INVIABILIDADE

Nas falas dos entrevistados identificamos um conjunto de conteúdos que expressam a lógica que define o semi-árido como inviável, fixando o sentido de que é impossível viver e trabalhar na região. Apresentamos abaixo, uma síntese desses conteúdos articulados no momento da inviabilidade:

- O meio ambiente é caracterizado pela inevitável seca.
- As práticas produtivas dependem da chuva.
- As políticas para a área são compensatórias e emergenciais.
- As intervenções técnicas têm caráter diretivo e são pautadas pela burocracia bancária.
- A participação política da população é restrita ao uso do voto na troca de favores de políticos.
- O projeto de vida da população é sair do lugar em busca de emprego e renda.

Conforme observamos nesse *momento*, as condições ambientais da região comprometem as práticas produtivas dos agricultores e, por conseguinte, sua manutenção no lugar. A irregularidade ou a escassez das chuvas para se trabalhar e, inclusive para saciar a sede, mantém a população do semi-árido dependente de eventos

externos como condições ambientais e políticos [planta só quando chove (...), planta milho e feijão - 14,2]³¹.

Articula-se a esse *momento* outros conteúdos que confirmam a inviabilidade. As políticas de desenvolvimento rural para a região são apoiadas na idéia de combater a seca e de minimizar as conseqüências dela decorrentes. As intervenções se caracterizam por políticas emergenciais como distribuição de cestas básicas e frentes de emergência, com objetivo de minimizar os efeitos da estiagem. O tipo de assistência técnica que se conhece na região é limitado a ações pontuais, com foco na execução de programas definidos sem a participação dos agricultores, cujo saber técnico e as exigências burocráticas são as grandes referências [os programas normalmente são pontuais, não têm caráter participativo, são impostos pelos tecnocratas, têm caráter assistencialista, e não são ações permanentes - 2,3].

Por outro lado, a população usa seu voto como instrumento de barganha junto aos políticos da região, em troca de favores [Então, se ele deve um favor, ele paga com outro favor que é votando nele ou em quem ele pediu - 10,2]. Essas estratégias, entretanto, reforçam a dependência política da população, já que não alteram o quadro de miséria e exclusão na qual está inserida.

A migração se constitui no projeto de vida possível para as pessoas, representando a possibilidade de fugir da realidade semi-árida e conquistar emprego, renda e melhores condições de vida. A “cidade”, o “sul” são os referentes positivos que podem viabilizar a vida dessas pessoas [antigamente todo mundo ia pra São Paulo atrás de emprego - 5,12].

³¹ Com objetivo de ilustrar nossos argumentos, apresentaremos fragmentos das falas dos entrevistados entre colchetes, com tipo de fonte diferenciada do texto corrente. As falas são identificadas ao final com o número da entrevista e o número da página de onde foram extraídas.

Esse ciclo de políticas compensatórias – dependência – migração no qual estão inseridos os agricultores pode ser entendido como expressão do modelo de desenvolvimento agrícola empenhado no Brasil, que em nome da modernização, dirigiu investimentos para as grandes propriedades de terra, em detrimento das populações que vivem e trabalham no campo. Como conseqüências dessa “modernização conservadora da agropecuária moderna” tivemos o aumento dos índices de pobreza rural (Silva, 1995) e urbana (Leone, 1995).

Ao apresentarem esses conteúdos articulados ao *momento* da inviabilidade, os entrevistados o fazem na referência à *realidade dada* e ao *Outro*. A realidade semi-árida em suas dificuldades e limitações é significada como algo que se constata, que se impõe aos entrevistados. A seca, os políticos, as políticas para região e o “sul” são como *Outro* que confirma a inviabilidade da vida na região, restando à população orientar suas vidas pelo que esse *Outro* lhe determina: sair do lugar ou ficar dependente.

Consideramos que esse *momento* representa o discurso do Estado por suas políticas excludentes e das elites locais/regionais que historicamente têm se beneficiado da *indústria da seca* com fins eleitoreiros e de manutenção da dependência política da população da região. É visível nesse *momento* da inviabilidade quanto os atores sociais não participam ativamente na construção desse sentido para a vida no semi-árido, já que praticamente repetem os conteúdos fonecidos pelo *Outro*. Assim, os atores sociais ficam reduzidos à condição de *objeto*, limitando suas práticas à confirmação da lógica da inviabilidade, seja pela migração seja pela troca do voto por favores. O espaço político no qual são “eleitos” os conteúdos nessa lógica restringe a participação da população do semi-árido à repetição do discurso do *Outro*, impossibilitando o exercício da autonomia. Essa identificação especular caracteriza o

que chamamos anteriormente da identificação imaginária, na qual os sujeitos tomam para si elementos do Outro.

Entendemos que este aspecto caracteriza o ponto de antagonismo que lhes possibilita construir novo sentido para a vida no semi-árido. É importante destacar que o Outro não deve ser considerado como impedimento de uma identificação dos sujeitos consigo mesmo. Tal assertiva nos levaria à ilusão de que a “destruição” desse Outro garantiria aos sujeitos alcançarem uma identidade plena consigo mesmos, e, por conseguinte, a construção da autonomia. Como nos diz Žižek, citado por Mutzenberg (2002: 111),

“Não é o inimigo externo o que impede alcançar a identidade consigo mesmo, senão que cada identidade, liberada a si mesma, está já bloqueada, marcada por uma impossibilidade, e o inimigo externo é simplesmente a pequena peça, o resto de realidade sobre o qual ‘projetamos’ ou externalizamos essa intrínseca, imanente impossibilidade” (grifo nosso).

Essa citação de Žižek caracteriza a noção de antagonismo social, explicitando seu caráter de deslocamento, como citado por Mutzenberg (2002: 112):

“É este deslocamento que abre novas possibilidades de ação, de ‘construir o mundo’ através do qual os agentes sociais se transformam a si mesmos e forjam novas identidades. Estes deslocamentos não têm um sentido objetivo, na acepção de um processo cuja direção está predeterminada, assim como o sujeito não é um momento da estrutura, mas é o lugar do deslocamento – da impossibilidade de construir a estrutura como tal”.

Passemos agora a análise dos *elementos* que identificamos como expressão do antagonismo.

5.2. O ANTAGONISMO SOCIAL

O caráter flutuante do significante *vida no semi-árido* demanda seu preenchimento por conteúdos que lhe dê sentido. O momento da inviabilidade é um

desses sentidos, articulado pela contingência característica da prática articulatória na qual os atores fazem trocas significativas. No entanto, lembramos, o social é inscrito pelo antagonismo, o que lhe caracteriza por uma abertura que “reclama” ser preenchida. Tal abertura nos permite identificar *elementos* presentes na prática articulatória, que não se integram ao sentido *é impossível viver e trabalhar no semi-árido*. Identificamos na análise das entrevistas os seguintes *elementos* como expressão do antagonismo:

- Os recursos naturais da região têm sido deteriorados por práticas produtivas predatórias.
- A migração expõe as pessoas ao mundo marginal da cidade, dividindo as famílias e comprometendo a mão-de-obra na região.
- As políticas de desenvolvimento para a região são excludentes.
- As intervenções rurais são diretivas, orientadas pela burocracia bancária e pela negação do saber dos agricultores.
- O currículo escolar compromete o interesse de crianças e adolescentes em viver na região.

De acordo com a análise que fizemos do material das entrevistas, a inviabilidade do semi-árido é posta em aberto a partir de referências críticas à realidade e ao Outro. As condições ambientais da região são consideradas inclusive pela interação dos seres humanos com o meio ambiente numa revisão crítica das práticas produtivas convencionais que têm gerado degradação ambiental e comprometido os ecossistemas do semi-árido [há um determinado uso de tecnologias não apropriadas a esta região, um desgaste muito grande dos solos, uma introdução descontrolada de sementes não geradas nas famílias, mas sementes geradas no laboratório - 15,5].

As políticas de desenvolvimento para a região, por sua vez, são consideradas por seu caráter excludente, seja pelo controle das oligarquias locais/regionais que centralizam decisões, seja pela burocracia bancária de acesso ao crédito para produção, por exemplo. A ausência de uma política permanente para o semi-árido é denunciada como falta do Estado, identificado como responsável pelo uso desordenado dos recursos naturais a partir de estratégias inadequadas de intervenção na região [todos esses erros de definição de modelos de desenvolvimento trouxe essa baderna na agricultura familiar que se empobreceu - 7,6].

O trabalho de intervenção junto aos agricultores não considera a sua experiência e conhecimento acumulado na convivência com a região, caracterizando-se como diretivo, cujas práticas produtivas são definidas sem a participação deles [a assistência técnica tradicional que temos aí, tem um certo distanciamento - 15,4].

A migração é questionada em seu *status* de alternativa de vida para a população, já que expõe as pessoas ao mundo marginal das cidades cujos valores são divergentes dos do mundo rural. As cidades são referidas pela violência, exploração, abandono, prostituição, indicadores do tipo de vida que encontram os migrantes [o pessoal vai ser só mais oprimido - 5,2]. Por conseguinte, os que ficam na região convivem com a solidão e a dificuldade de trabalhar na área. Mulheres e crianças ficam sós, já que a maior parte dos migrantes é masculina [Faz tempo que ele foi pra lá e eu só fico aqui só mais só - 14,2]. A mão-de-obra na região fica escassa, pela permanência dos mais idosos no lugar [vai criando um aglomerado de família de idosos no meio rural, esvaziando o campo de mão de obra - 15,6].

A migração, em suas várias expressões, funciona como elemento de desintegração da família e da relação das pessoas com seu lugar de origem. A estratégia de migrar é identificada como construída ao longo da formação de crianças e

jovens numa referência ao sistema educacional que reforça os valores urbanos e não trabalha os aspectos da vida rural semi-árida [o pessoal do campo estuda pra sair do campo - 5,16].

Entendemos que esses *elementos* fazem como um “furo” na lógica da inviabilidade, já que apontam críticas à realidade tal como significada naquele *momento*. Explicitam, portanto, a abertura do social, que a realidade não é plena já que se constata “brechas” como, por exemplo, políticas inadequadas para a região. Do mesmo modo, o *Outro* não é totalizador, pois o “caminho” que indica – a migração – implica em grandes perdas. Compreendemos que esses “furos” no sentido da inviabilidade são expressão do antagonismo social e condição para se construir novos sentidos para a vida no semi-árido.

A constatação de que a realidade e o *Outro* não são plenos expõe os sujeitos à falta e à tarefa de “decidir” por conteúdos que a preencham. Essa situação mobiliza angústias expressivas da construção da autonomia cuja dinâmica envolve o risco de se lançar ao desconhecido caminho de se constituir como sujeito autônomo e a tendência de “regredir” ao *Outro* como referência identificatória mantendo-se na condição de *objeto*.

5.3. O MOMENTO DA CONVIVÊNCIA

O outro momento que identificamos na análise do material das entrevistas, cujo sentido *é possível conviver com o semi-árido* caracteriza-o, é articulado a partir dos seguintes conteúdos:

- As práticas produtivas consideram os recursos naturais disponíveis e o manejo sustentável dos ecossistemas.

- As experiências dos antepassados são indicadores e fontes de conhecimento sobre a convivência com o semi-árido.
- Viver no semi-árido é o que desejam os que têm origem na região, inclusive projetam isso para os descendentes.
- A participação política minimiza interferências externas e fortalece referências identitárias entre os atores sociais.
- A intervenção junto aos agricultores privilegia a gestão coletiva do conhecimento, cabendo ao técnico *facilitar processos*.

Conforme observamos na análise desse momento, a relação com o meio ambiente é considerada na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável, reconhecendo as limitações e possibilidades da região [você não trabalha numa perspectiva de esgotamento dos recursos naturais, não; você trabalha com os recursos naturais - 3,7]. O uso racional dos recursos hídricos a partir da armazenagem de água da chuva em sistemas de placas é uma das estratégias de intervenção sustentável. A criação intensiva de animais de pequeno porte, o cultivo de frutas e verduras sem adubos químicos e agrotóxicos, o sistema agroflorestal, são exemplos das práticas produtivas preferíveis.

As experiências acumuladas por antepassados que conviviam com a região semi-árida são resgatadas e aprimoradas em processos de gestão coletiva de conhecimento entre os agricultores, na perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável. Esse conjunto de experiências alternativas na relação com a realidade ambiental do semi-árido é considerado como orientação que deve tomar as políticas públicas para a região, referências concretas da possibilidade de se viver e trabalhar no lugar [Hoje temos além de contribuir para melhoria na vida do semi-árido, mas principalmente

fazer com que o governo veja, através de suas políticas, que é possível viver melhor aqui no semi-árido com dignidade - 7,5].

A intervenção junto aos agricultores, de acordo com o momento da convivência, tem caráter não-diretivo e construtivo. Assumida por organizações da sociedade civil filiadas à ASA, as intervenções consideram a complexidade que envolve a vida e o trabalho no semi-árido, caracterizando-se pela pluralidade e diversidade de estratégias de ação junto aos agricultores. As organizações e técnicos lidam, muitas vezes, com a resistência dos agricultores em aderir às suas metodologias de trabalho. Não têm um programa ou orientação metodológica que defina suas ações *a priori*. Ao contrário, compartilham entre si alguns princípios, como a defesa da convivência com o semi-árido e o desenvolvimento sustentável da região, mas têm autonomia na elaboração de suas próprias estratégias de ação [cada entidade tem sua metodologia de trabalho - 9,4].

Essa abertura tem construído um leque de experiências diversificadas na região expressivo da autonomia organizacional das entidades e da construção de espaços alternativos de trabalho, escapando do que Matos (2000a: 69) considera um dos equívocos das intervenções, o “maniqueísmo metodológico entre uma orientação voltada para o processo e outra para resultados, entre a subjetividade e a racionalidade instrumental”. Ao integrar no seu trabalho ações que envolvem a objetividade e a subjetividade, aspectos da realidade propriamente dita e dos sentidos atribuídos a ela, elementos muitas vezes dissociados nas intervenções voltadas para o desenvolvimento rural, as organizações filiadas à ASA constroem uma proposta diferenciada de intervenção, cujo um dos impactos é o exercício da autonomia dos atores sociais envolvidos.

Os técnicos empenhados nesse tipo de intervenção são como militantes, já que se identificam com a causa da convivência e circunscrevem sua atuação mais claramente no campo político que no técnico [a gente trabalhou de uma forma que os resultados a gente não falava, a gente mostrava na prática - 8,3]. As exigências de uma formação diferenciada com abertura para compreensão de seu objeto de trabalho como complexo e atravessado por diversas dimensões, mobiliza-os a participarem junto com os agricultores das atividades de capacitação e experimentação, caracterizando-os como parceiros [a gente é um articulador, um mobilizador de processos e dinâmicas locais - 1,3].

Essa imagem de militante começou a ser construída no Brasil, segundo Masselli (1998), a partir da década de 1980 com o processo de (re)democratização do país e da crítica aos modelos de intervenção estatais, considerados autoritários.

Na experiência da ASA, uma das práticas comuns tem sido o intercâmbio no qual os agricultores visitam local de trabalho de outros que já desenvolvem alguma prática produtiva alternativa, com o apoio das organizações. Esse tipo de atividade possibilita a gestão coletiva do conhecimento, já que tem como estratégia fomentar o diálogo entre agricultores, associando à experiência concreta, questionamentos, impressões, concepções.

O impacto dos intercâmbios é forte na mobilização de agricultores para assumirem práticas produtivas adaptadas à região a partir do confronto com seus pares e não por determinação externa dos técnicos [quando você leva uma pessoa que o próprio agricultor tá mostrando pra ele, então ele passa a acreditar. Além dele ouvir, ele tá vendo a prática das pessoas - 11,2].

Os primeiros agricultores a desenvolver práticas produtivas no sentido da convivência são em sua maioria jovens e mulheres. Essas pessoas comumente são consideradas “loucas” pelos outros [as pessoas quando iniciam são taxadas de loucas, são

malucas. 7,3]. O preconceito e a exclusão para com essas pessoas têm sido minimizados pela adesão de novos agricultores às práticas alternativas mobilizada pelas experiências de intercâmbio.

Esse tipo de intervenção tem privilegiado o investimento na formação e fortalecimento de coletivos de agricultores, como associações, cooperativas, sindicatos, grupos de trabalho [eu conversando com outras pessoas daqui aí foi que a gente resolveu reativar novamente, reiniciar a associação - 14,1]. Essa estratégia alarga o espaço de participação política dos agricultores contribuindo para a alteração do quadro de dependência e para a apropriação por parte dos agricultores, dos espaços e processos de decisão, alterando sua relação com os políticos tradicionalmente investidos de poder absoluto [Eles (políticos) têm que pedir pra poder fazer uma reunião aqui. Se a gente aceitar, bem; se a gente não aceitar... - 14, 5].

O acesso às prefeituras e aos conselhos municipais, por exemplo, tem sido trabalhado na perspectiva de que os agricultores não precisem mais do acompanhamento do técnico quando reivindicam assuntos de seus interesses [os primeiros momentos a gente (técnicos) foi junto; hoje o pessoal já vai, já conversa com os prefeitos - 8,3].

Nesse sentido, o tipo de intervenção desenvolvido pela ASA parece evitar o risco de se reproduzir uma atitude autoritária do técnico, que segundo Masselli (1998) tende a ser assumida pelo caráter paternalista com que eles lidam com os agricultores. Do mesmo modo, parece evitar o risco da dependência dos agricultores em relação ao técnico, discutido por Matos (2000a).

A opção em se viver no semi-árido, no seu lugar de origem expressa a identificação dos atores sociais com elementos significativos do mundo rural e do semi-árido. Situação semelhante foi encontrada por Godoi (1998: 102) em pesquisa

realizada com sertanejos do Piauí cujas conclusões apontam que essa população constrói “uma identidade ancorada no pertencimento a um mesmo grupo (...), ligado a um mesmo território”.

Na nossa pesquisa, a referência a antepassados e descendentes e seus vínculos com o lugar indica a força do investimento pessoal dos atores, mobilizando afetos, símbolos e valores que destacam a valorização da família e do lugar de origem fortalecendo o sentido da convivência [a gente que nasce e se cria aqui, a gente nunca esquece, mesmo sabendo que é difícil - 12,4].

Aos jovens, diante das possibilidades de trabalho abertas pelas intervenções, é possível optar entre permanecer na região ou migrar. As escolhas confirmam a opção pelo lugar, inclusive com referências ao retorno de algumas pessoas que haviam migrado anteriormente [pessoal mais jovem que antes viajava, já tá começando a se engajar, trabalhar com apiários, trabalhar na própria roça mesmo - 5,3].

Esse aspecto da migração dos jovens foi pesquisado por Cameiro (1998) em estudo sobre jovens rurais paulistas e gaúchos. A autora constatou que a diminuição das fronteiras entre o urbano e o rural na sociedade contemporânea tem contribuído para a formulação de novas representações e significados da vida por parte dos jovens e não para o abandono de valores *tradicionais* e a adoção de *modernos*. Concluiu que diante de uma necessidade, os jovens que migram para as cidades para estudar ou trabalhar, inclusive com anuência da família, não hesitam em voltar para seu local de origem e trabalhar pela manutenção e continuidade da produção e da família, caso se faça necessário. A terra e sua relação com ela são como um patrimônio cujos cuidados exigidos para sua manutenção são prioridade.

Os entrevistados na nossa pesquisa, rejeitam imagens e símbolos pejorativos que apresentam a região como inóspita. Ao contrário, o sentido da convivência

mobiliza o resgate da “auto-estima do sertanejo” [se em todas regiões do país passa a imagem da vaca morta, das rachaduras, da seca, da fome, não é isso, não é só isso – 7,2].

Preocupação com a formação de crianças e jovens tem gerado ações de defesa da inclusão de conteúdos sobre educação ambiental e convivência com o semi-árido nos currículos escolares da região [é uma discussão nossa trabalhar a convivência na questão do ensino fundamental – 5,16].

Associamos as análises que indicam a força das referências identitárias e a relação diferenciada com o técnico, com resultados encontrados por Matos (2000b) em pesquisa sobre assentamentos de reforma agrária em Pernambuco, cuja investigação focalizou o que ele chama de organizadores grupais, isto é, “dispositivos e processos que viabilizam a organização do grupo como sujeito”. Matos (op. cit.) analisou três tipos de organizadores grupais: os instrumentais, identitários e inconscientes e argumenta que os dois últimos têm mais força para fomentar a organização social dos assentamentos, que o primeiro.

Conforme observamos em nossas análises, referências identitárias articulam os atores sociais em torno do sentido da convivência e fortalecem a possibilidade do exercício da autonomia. A relação de parceria com o técnico é indicativa também da construção da autonomia, já que ele não é investido de poder e saber superiores aos agricultores.

A questão fundiária da área, marcada pela presença de latifúndios é referida como preocupação, já que os agricultores acompanhados pela ASA possuem pequenas propriedades ou são “moradores” nas fazendas. A demanda por terras maiores para um trabalho produtivo na região e a divisão de terras por herança tem gerado inquietações ainda difusas de como resolver essa situação [um dos maiores desafios é o pessoal ter a sua pouca terra – 6,3].

A questão do acesso à terra no Brasil não é recente nas negociações entre governo e movimentos sociais rurais. O debate da questão, em 1964, a partir do Estatuto da Terra, segundo Bruno (1995), deixa de lado a questão fundiária no Brasil e argumenta a favor de um problema rural visível pela falta de infra-estrutura para exploração da terra e de uma política de apoio à produção. Assim, o Estatuto da Terra não altera a questão da estrutura da propriedade no país, mantendo os latifúndios. De acordo com Wanderley (1996), o Estatuto da Terra expressa a conjunção de dois projetos: um de reforma agrária e um de desenvolvimento da agricultura. Para alguns críticos, segundo a autora, esses dois projetos não se harmonizam em um único, mas, denunciam que tanto a idéia de reforma agrária quanto o projeto de modernização da agricultura que embasa a formulação do Estatuto da Terra, estão submetidos a um terceiro projeto do Estado, o de apoio à grande propriedade.

Os conteúdos articulados no *momento* da convivência “tecem” para a *vida no semi-árido* um sentido antagônico ao momento da inviabilidade, o de que *é possível conviver* com esta região.

Esses conteúdos são expressos em referência às várias dimensões da realidade: *realidade dada*, *realidade desejada*, *Outro* e *Identificação* e sua articulação no contexto discursivo é indicativa da construção de autonomia, como discutiremos em seguida.

No que se refere à *realidade desejada*, os conteúdos exprimem projetos alternativos para a região que valorizam a vida no lugar e o compromisso em se alcançar melhores condições de vida para a população, expressas pelo acesso a bens e serviços, relação mais harmoniosa com o meio-ambiente e participação nos processos de decisões que envolvem a definição de políticas e investimentos para a área.

A constatação da possibilidade desses projetos é expressa em conteúdos que se referem à *realidade dada* indicativos de experiências vivenciadas pelos entrevistados a partir do trabalho de intervenção das organizações filiadas à ASA. Tecnologias adaptadas à região e a geração de renda nas famílias são exemplos dessas experiências concretas que têm impacto para os atores sociais.

Aspecto importante nesse *momento* é a presença de conteúdos referentes à *identificação* cujo impacto na construção do sentido da convivência é visível na pluralidade de atos de identificação entre os sujeitos, permeados por símbolos, valores, referências coletivas de valorização da vida no semi-árido.

Entendemos que esses conteúdos têm força para reunir os sujeitos num projeto coletivo, visto que são referências positivas para a vida na região ao fortalecerem a identidade cultural e, por conseguinte, as redes de relação. A identificação com o lugar, com a sua história e a referência aos antepassados dão sustentabilidade a essa cadeia de significantes.

Nesse sentido, os conteúdos articulados no momento da convivência exprimem a possibilidade dos sujeitos escolherem, de gerenciarem suas vidas, elaborarem projetos, indicativos do processo de construção de autonomia.

É importante destacar que a função dos técnicos como *facilitadores* colocando-se como parceiros dos agricultores mobiliza os atores sociais a construírem referências identificatórias compartilhadas pelos pares, que lhes significam, indicativas também da autonomia. Nesse processo, os atores são *sujeitos* de sua vida, desqualificando referências identitárias definidas pelo *Outro*.

Entretanto, encontramos no momento da convivência os seguintes conteúdos que classificamos como referentes ao *Outro*: a) a **agroecologia** como alternativa de desenvolvimento da região; b) o **presidente Lula** como comprometido com uma

atenção adequada para o semi-árido. É importante observarmos a articulação deles no *momento* da convivência e sua implicação no processo de construção da autonomia.

À primeira vista, a articulação desses conteúdos ao sentido da convivência sugere um movimento contrário ao da autonomia, já que são depositados fora dos sujeitos - na agroecologia e no presidente Lula -, alternativas para garantir a *convivência com o semi-árido*. Uma análise mais cuidadosa, entretanto nos aponta outros aspectos desse processo.

A agroecologia é referida no contexto da transformação necessária para o semi-árido, condição para a viabilidade da convivência. Por analogia ao momento da inviabilidade a agroecologia, como significante vazio substitui a seca, os políticos, o sul, enquanto *Outro* determinante da vida na região. Entretanto, entendemos que a agroecologia não se institui como determinando os sujeitos e a vida na região de forma totalizadora. Ao contrário, ela é investida como referente *ideal* garantia de viabilidade do projeto da convivência, reconhecida nas práticas que a população tem desenvolvido em parceria com as organizações.

Assim, avaliamos que é genuíno o processo de construção de autonomia identificado no momento da convivência, já que pautado na práxis e não em referências alheias aos atores sociais. No entanto, um acompanhamento desse processo é importante para avaliar o quanto a *agroecologia* pode estar se sobrepondo aos projetos dos sujeitos e ocupando o “lugar” de *Outro* totalizador, o que comprometeria o exercício da autonomia.

Preocupação semelhante se coloca em relação ao *presidente Lula* enquanto *Outro*. Projetar no presidente e no governo as possibilidades de mudanças positivas para a região sugere a dependência. Lembramos que realizamos a maior parte das

entrevistas em dezembro de 2002, pouco tempo depois do resultado das eleições presidenciais, o que demanda mais atenção para análise desse conteúdo.

O *presidente Lula* como *Outro* parece ser investido do *status* de parceiro, de semelhante, inclusive pela referência à sua origem como nordestino do semi-árido. Além disso, a própria campanha eleitoral de Lula mobilizou a população brasileira para a adesão a um projeto de sociedade que, em tese, mostrava-se semelhante ao expresso para o semi-árido articulado no *momento* da convivência. A vitória eleitoral de Lula foi amplamente tratada como a vitória do povo brasileiro, notadamente, a vitória dos grupos historicamente excluídos no país. Não nos parece exagero associar os ideais difundidos pelo Partido dos Trabalhadores - PT no Brasil, aos que têm orientado o trabalho de organizações da sociedade civil, se bem que com isso não pretendemos fazer qualquer associação política partidária entre o PT e as organizações filiadas à ASA. Nesse contexto é compreensível a expressão de conteúdos de expectativas concentradas no *presidente Lula*.

Em contrapartida, constatamos no relato dos entrevistados, a iniciativa de realizar reuniões com organizações da região envolvidas no projeto da convivência, cujo objetivo era construir documento para apresentar ao presidente Lula como reivindicativo de políticas para a área. Tais reivindicações estavam sendo formuladas com base nas experiências acumuladas por essas organizações, em vários anos de trabalho no semi-árido brasileiro.

Além disso, constatamos que as expectativas positivas dirigidas ao *presidente Lula* aparecem associadas a uma diferenciação entre as organizações não-governamentais e as governamentais, expressão de um esforço dos entrevistados em manter o espaço de construção coletiva das organizações diferenciado do espaço de

atuação do governo [a gente acha que é papel da sociedade cobrar o governo fazer as coisas e ajudar a construir. Então a gente tá muito disposto a isso. - 3,9].

Avaliamos que essas referências investem o *presidente Lula* de um igual, parceiro, semelhante e não como alguém “de fora” que vai “resolver” os problemas da região semi-árida. Portanto, não parecem comprometer o processo identificado de construção de autonomia engendrado pelo momento da convivência. Entretanto, reafirmamos a importância do acompanhamento dessa dinâmica na perspectiva de compreender o processo de construção de sentidos para a vida no semi-árido e sua relação com a construção da autonomia dos atores sociais envolvidos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sonho de transformação social mantido pela sociedade brasileira há décadas, a favor das populações consideradas excluídas no país recebe contribuições da experiência de centenas de organizações da sociedade civil reunidas pela Articulação no Semi-Árido/ASA.

Na experiência analisada em nossa pesquisa, o palco das mudanças é a própria realidade em que vive a população do semi-árido, considerada em suas potencialidades e limitações, em sua história e na possibilidade de construção de uma nova realidade. Como protagonista, a população do semi-árido com seus hábitos, costumes, valores e experiências acumuladas na convivência com a região. As organizações que trabalham no apoio ao semi-árido são interlocutoras da população neste processo de mudança, apresentando alternativas de trabalho e vida na região, fomentando a adoção de tecnologias de produção adaptadas à região e apoiando a organização social dos agricultores.

O discurso da convivência com o semi-árido parece orientar a *cena* da vida na região a partir de valores que estão sendo construídos pela própria população e são norteadores das práticas e procedimentos das organizações e dos sujeitos em nome da viabilidade da vida no semi-árido. É possível, portanto, nos referirmos a um sujeito coletivo, identificado com a defesa da convivência com o semi-árido, constituído tanto por habitantes da região como por profissionais e organizações que desenvolvem trabalhos na área.

Construído assim, o discurso da convivência revela sua força como inspirador de ações governamentais mais adequadas à vida na região colocando em xeque as ações definidas de fora, por agentes externos à realidade e à população que com ela

convive, como tradicionalmente tem se orientado os trabalhos de intervenção no meio rural. Ao contrário, o que a experiência pesquisada nos mostra é que quando a população é considerada sujeito e não objeto de sua própria história é possível se constituir como grupo com possibilidade de interferir de forma mais autônoma em sua própria realidade.

Para tanto, as referências sobre a realidade ideal, por exemplo, não são baseadas em experiências alheias aos grupos, mas em aspectos que indicam a construção de uma identidade coletiva, base para o exercício de tomada de decisões e, conseqüentemente, de construção de autonomia, condição para a sustentabilidade da vida na região.

Outro fator que parece contribuir para a construção da autonomia dos sujeitos é o modelo de intervenção que rejeita a tendência comum em outras orientações de definir *a priori* os métodos, objetos e resultados esperados na intervenção, de forma geral baseados em princípios com os quais os agricultores não se identificam. Esse esquema tradicional tende a polarizar técnicos e agricultores, mantendo-os em campos opostos e distintos, seja por desqualificar os grupos na perspectiva de encontrar respostas para suas próprias dificuldades, polarizando o *saber* no lado dos interventores, seja referendando o *saber* do grupo como único válido, igualmente polarizando-o.

O modelo que investigamos parece lidar com o *saber* não como objeto com lugar e características definidas, mas como mais um instrumento que circula entre os envolvidos na intervenção, em direções diversas, coordenado pelo sentido da convivência com o semi-árido. O *saber*, nesse contexto, não é propriedade de ninguém e não se basta por si só. Ao contrário, compõe o cenário no qual outros aspectos são a ele articulados, ora assumindo caráter instrumental (cursos de capacitação, apoio

sistemático dos técnicos), ora com *status* de articulador dos sujeitos, agregando-os em tomo de elementos de identificação e fortalecimento dos grupos.

O lugar tradicionalmente ocupado por *um líder* como personagem mais habilitado que outros para negociar assuntos de interesse da coletividade e que centraliza o poder de decisão encaminhando questões referentes ao grupo, sob a justificativa do exercício da democracia pela representatividade, parece também ser colocado em suspenso neste modelo que examinamos. Semelhante à questão do *saber* que consideramos *descentralizada*, a questão do *poder* também parece escapar da prática convencional.

Por um lado a construção de princípios, critérios, diretrizes e valores orienta as ações e procedimentos a serem tomados pelos sujeitos, destituindo assim a idéia de alguém *mais habilitado* para encaminhar os assuntos da coletividade. Por outro lado, a pluralidade de práticas, iniciativas, estratégias desenvolvidas pelos diferentes grupos que se articulam em tomo do discurso da *convivência* desmistifica a tese da referência a uma pessoa *mais capacitada* e fortalece a construção de referências grupais, inclusive tolerando diferenças entre outros grupos na construção de alternativas para a convivência com o semi-árido.

Estas constatações indicam-nos três reflexões. A primeira delas se refere ao debate acadêmico sobre mudança social. Consideramos que a vertente teórica que fundamentou a pesquisa, pautada na noção de discurso e sua implicação na construção de sentidos para a realidade e construção de autonomia se constitui numa perspectiva produtiva na identificação de processos que articulam os sujeitos em relação e na trama que os envolve diante do contexto social mais amplo em suas diversas dimensões: política, econômica, cultural, ambiental.

Abandonar a perspectiva de emancipação total das populações consideradas excluídas, que necessariamente trata a sociedade como dividida em duas classes, por exemplo, e considerar a existência de *emancipações parciais* vivenciadas por grupos que articula sujeitos na sociedade, parece possibilitar aos cientistas um trabalho mais produtivo de compreensão da construção da sociedade democrática. Esta perspectiva é apontada por Chantal Mouffe³² como de construção de um novo modelo de democracia, que ela chama de *democracia pluralista*.

A segunda reflexão oriunda das conclusões da pesquisa refere-se à formação de técnicos para a intervenção no meio rural. Uma revisão das orientações teórico-pedagógicas das escolas de nível médio e superior das ciências agrárias é fundamental diante das demandas atuais dirigidas ao trabalho de intervenção, notadamente inscritas na relação entre técnica e política e com forte viés do desenvolvimento sustentável e de apoio à agricultura familiar.

A terceira reflexão é dirigida à formulação de políticas para o mundo rural, em especial para o semi-árido. As experiências desenvolvidas pelos grupos que trabalham em prol da convivência com a região, estudadas na pesquisa se constituem em orientações concretas para formulação de intervenções por parte dos governos, com possibilidades mais efetivas de sustentabilidade da vida na região. Diferente, portanto, de programas formulados por agentes externos à realidade, que mesmo com justificativas de defesa do desenvolvimento da região semi-árida, correm o risco de não corresponder às demandas da população e da região.

Em suma, acreditamos que tanto cientistas, interventores e formuladores de políticas poderão ter mais sucesso em seus trabalhos se considerarem a realidade como *desconhecida* colocando-se como curiosos, pautando suas ações no princípio de que é

³² Na Conferência *Democracia e Pluralismo*, proferida em 17 de abril de 2003, Recife, UFPE.

no contato com aqueles que nela vivem que é possível compreender os sentidos que orientam suas vidas e, por conseguinte o tipo de relação que se deve estabelecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida.

Estudos Avançados 13 (36) 7 – 59, maio/agosto, 1999.

ARAÚJO, Alexandre J. R. P. [at. Al.]. **Desertificação e Seca – Contribuições da Ciência e da Tecnologia para a Sustentabilidade do Semi-Árido do Nordeste do Brasil**. Recife: Nordeste, 2002.

ASA. Declaração do Semi-Árido – Proposta da sociedade civil para a convivência com o semi-árido e o combate á desertificação. Recife, 26 de novembro de 1999.

ASA. Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC. Recife, agosto de 2001 (texto)

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entra a conciliação e o confronto. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, CPDA (5): 1995.

CARNEIRO, Maria José Teixeira. O ideal *rurbano*; campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luis Flávio de Carvalho. **Mundo rural e política; ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

CARVALHO, Otamar. Nordeste: desenvolvimento e convivência com a semi-aridez. Recife, 2003. (texto).

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- CONDEPE. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sertão de Pernambuco: Proposta para Negociação**. Versão Resumida. Recife: CONDEPE, 1997.
- DIACONIA. **Convivendo com o Semi-Árido – Manejo dos Recursos Hídricos**. Série “Compartilhando Experiências” nº 1. Recife: 2002.
- DIAS, Guilherme Leite da Silva. Avaliação do Serviço de Extensão Rural: Considerações Gerais sobre o Impacto Econômico da Extensão Rural. In: ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade e SCHUH, Edward (orgs.). **Desenvolvimento da Agricultura – Educação, Pesquisa e Assistência Técnica**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- DNOCS. Atuação do DNOCS ao longo de sua existência. www.dnocs.gov.br [capturado em dezembro de 2002].
- FASER. Extensão Rural no Brasil. Seminário Nacional – Decidindo a Política de Extensão Rural no Brasil. 12 a 14/03/2002. Brasília: Faser, 2000. (texto)
- FIGUEIREDO, Romeu Padilha. A Assistência Técnica e a Extensão Rural que a Nossa Realidade Exige. In: _____ **Política Agrícola, reforma agrária e extensão rural: proposições à Assembléia Nacional Constituinte**. Brasília: Embrater, 1987.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa. **A extensão rural no Brasil, um projeto para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREUD, Sigmund. Recomendações aos Médicos que exercem a Psicanálise [1912] in: _____ **O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos**. Vol. XII

- (1911-1913). Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- GODOI, Maria Emília Pietrafesa. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In.: NIEMAYER, Ana Maria e GODOI, Maria Emília Pietrafesa de (orgs. e apres.). **Além dos territórios; para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- GOMES, Alfredo Macedo. **Imaginário Social da Seca – suas implicações para a mudança social**. Recife: FUNDAJ, Editora Mass angana, 1998.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil – Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GTI (Grupo de Trabalho Interministerial). **Bases para a Recriação da Sudene - Por uma Política de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste**. Recife: junho de 2003.
- GUIVANT, Julia S. Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola – Uma Revisão Temática. **BIB**. Rio de Janeiro, nº 38, 2º semestre 1994.
- LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 2 vol. 1, out., 1986.
- LACLAU, Ernesto. Poder e Representação. **Estudos Sociedade & Agricultura**. nº 7, dez, 7-28, 1996.
- LACLAU, Ernesto. Sujeito da Política, Política do Sujeito. In: **Política Hoje**. Ano 4, nº 7, janeiro a junho de 1997.

- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**. London: Verso, 1985.
- LEAL, M^a das Graças S. F. e BRAGA, Geraldo Magela. A Formação de Profissionais para a Extensão Rural: um recorte no estudo de projetos políticos para a modernização da agricultura e da educação no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 35, n^o 1:1997.
- LEONE, Eugênia Troncoso. Famílias Agrícolas no Meio Urbano: Inserção nas Cidades das Famílias que Continuam Vinculadas à Agricultura. In: **Agropecuária e Agroindústria no Brasil – Ajuste, Situação Atual e Perspectivas**. Campinas: ABRA, 1995.
- MALVEZZI, Roberto. Fazer Água. In: **Água de Chuva – O segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro**. 2^a edição. São Paulo: Paulinas, 2001.
- MARINHO, Danilo N.; BARBIERO, Alan K.; PEREIRA, Elvino Q.; PÓVOAS, Francisco de A.; MARQUES, Marta I. Projeto Lumiar: uma avaliação qualitativa. **Revista Extensão Rural**. DEAER/CPGEx-CCR-UFSM, ano VI, Jan-Dez, 1999.
- MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão Rural entre os Sem-Terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.
- MATOS, Aécio Gomes. A Dialética de Formação e Apropriação do Capital Social nos Assentamentos da Reforma Agrária. **Relatório de Pesquisa**. Recife: MDA-NEAD/IICA/UFPE-PPGS, Recife, 2000b.
- MATOS, Aécio Gomes. A Intervenção Sociológica. **Estudos de Sociologia**. v.6, n.1, jan/jun. Recife: UFPE/CFCH/Editora Científica: Cynthia Hamlin – Liber Gráfica, 2000a.

- MATOS, Aécio Gomes. O Capital Social nos Assentamentos da Reforma Agrária. **Projeto de Pesquisa**. Recife: NEAD/UFPE, 1999.
- MDA/INCRA. Projeto Lumiar – Assistência Técnica nos Assentamentos. www.incra.gov.br/estnut/snda/assent/plumiar.htm. [capturado em 20/03/2001]
- MOURA, Alexandrina Sobreira. Apresentação. **Agenda 21 do Estado de Pernambuco**. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Recife, 2003.
- MUTZENBERG, Remo. Ações Coletivas, Movimentos Sociais: Aderências, Conflitos e Antagonismo Social. **Tese de Doutorado**. Recife: Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFPE, 2002.
- O POVO. Ciro sugere que Eudoro ‘feche caixa’ do DNOCS. 28/01/2003. www.noolhar.com/opovo/politica/2209.00.html capturado em fevereiro de 2003.
- PERNAMBUCO. **Agenda 21 do Estado de Pernambuco**. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Recife, 2003.
- PETERSON, Paulo; SILVEIRA, Luciano; ALMEIDA, Paula. Estratégia Técnica e Metodológica da AS-PTA. In: SILVEIRA, L.; PETERSON, P.; SABOURIN, E. **Agricultura Familiar e Agroecologia no Semi-Árido – avanços a partir do Agreste da Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.
- POLETTI, Ivo. Da indústria da seca para a convivência com o semi-árido brasileiro. In: CÁRITAS BRASILEIRA **Água de chuva: o segredo da convivência com o semi-árido brasileiro**. São Paulo; Paulinas, 2001.
- PRONAF. Agricultores Familiares terão política nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília, 17/junho/2003. www.pronaf.gov.br [capturado em 24 de junho de 2003].

- REBOUÇAS, Aldo da C. Água e desenvolvimento rural. **Estudos Avançados** 15 (43) 327 – 344, setembro/dezembro, 2001.
- RIBEIRO, José Paulo e WHARTON Jr., Clifton R. O Programa Acar em Minas Gerais, Brasil. In: ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade e SCHUH, Edward (orgs.) **Desenvolvimento da Agricultura – Educação, Pesquisa e Assistência Técnica**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- SANTOS, José Aldo [at. al.]. O papel da nova SUDENE no Desenvolvimento Regional: Uma visão da Sociedade Civil para a questão da região semi-árida brasileira. Recife, 2003. texto.
- SILVA, José Graziano. Urbanização e Pobreza no Campo. In: LEONE, Eugênia Troncoso **Agropecuária e Agroindústria no Brasil – Ajuste, Situação Atual e Perspectivas**. Campinas: ABRA, 1995.
- SOUSA, Joseilton E. de **Agricultura Agroflorestal ou Agrofloresta**. Recife: Centro Sabiá, 2000.
- STR Lagoa Seca; AS-PTA/PB. **Agricultura Familiar de Lagoa Seca. Conhecendo a Realidade**. 2000.
- STR Remígio; AS-PTA/PB. **Agricultura Familiar – uma proposta para Remígio**. (s/d).
- STR Solânea. **Água é Vida – Cartas da Agricultura Familiar**. Solânea: 2002.
- SUDENE, ASSOCENE. **Construindo Novas Articulações para Conviver com o Semi-árido**. (s/d).
- SUDENE. **A SUDENE: atuação e novas estratégias**. Recife: 2000.

SUDENE. **SUDENE Vinte anos – 1969-79**. 2ª ed. Recife: 1980.

SUDENE. **Trinta anos de SUDENE**. Recife: 1990.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro (15): out, 2000.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil. **Idéias**. Revista do IFCH/UNICAMP, Campinas, 3 (2): jul/dez, 1996.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Urbanização e ruralidade; relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. **Artigo do Mês**. www.nead.gov.br, 2001.

WORKSHOP NACIONAL. Uma Nova Assistência Técnica e Extensão Rural Centrada na Agricultura Familiar. **Proposta**, 24 a 28/11/1997. Brasília: Pnud, 1997.

ŽIŽEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem. O sublime Objeto da Ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANEXO

ASA

CARTA DE PRINCÍPIOS

1. Articulação no Semi-Árido (ASA) é o espaço de articulação político-regional da sociedade civil organizada, no semi-árido brasileiro;
2. São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à “Declaração do Semi-Árido” (Recife, 1999) e à presente Carta de Princípios;
3. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
4. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semi-árido;
5. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam em níveis locais; apóia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semi-árido;
6. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do semi-árido;
7. A ASA busca contribuir para a formação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do semi-árido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;
8. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COP (Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação), das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semi-Árido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra a desertificação.